



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente

Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Convênio: UNESP/INCRA/Pronera

Parceria: Escola Nacional Florestan Fernandes

**A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA COMO FORMA DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ITAPUI-
NOVA SANTA RITA-RS**

ANDRIARA LIMA DE OLIVEIRA

Monografia apresentado ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr.a Valeria de Marco

Monitora: Lara Cardoso Dalperio

Presidente Prudente

2011

unesp



**A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA COMO FORMA DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ITAPUI-
NOVA SANTA RITA-RS**

ANDRIARA LIMA DE OLIVEIRA

Trabalho de monografia apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr.a Valeria de Marco

Presidente Prudente

2011

ANDRIARA LIMA DE OLIVEIRA

**A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA COMO FORMA DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ITAPUI-
NOVA SANTA RITA-RS**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Presidente Prudente, novembro de 2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a minha mãe Juraci Lima de Oliveira e meu pai Niderao Lemes de Oliveira que todo decorrer deste trabalho estiveram comigo dando força para prosseguir em frente nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela oportunidade de poder estudar e por todo este tempo ter contribuído na minha formação.

A turma Milton Santos por todo estes anos de convivência coletiva.

Ao grupo gestor das hortas do assentamento Itapuí, que fazem à diferença.

A minha orientadora Valeria de Marcos pela atenção, orientação e compreensão.

A Lara minha monitora mais acima de tudo uma amiga que encontrei nesta caminhada, obrigada por tudo e principalmente pela paciência e compreensão.

Aos meus amigos e amigas que contribuíram nesta elaboração do meu trabalho direta e indiretamente dando apoio e força.

A minha família que foram essenciais nestes cinco anos de estudo pela atenção, compreensão e carinho. Principalmente aos meus sobrinhos e sobrinhas Débora, Sarana, Camila, Lucas, Marta e Kauan que são o meu porto seguro. E a meu irmão Darlan e a minha irmã Andreia Margareta que tiveram sempre ao meu lado dando apoio e incentivando para eu estudar.

RESUMO

A pesquisa tem como tema a agroecologia e as práticas de produção agrícolas do MST no Brasil. O lugar mais particular de investigação é o assentamento Itapuí, localizado no município de Nova Santa Rita no Rio Grande do Sul.

A análise através da trajetória do Itapuí como se constitui na luta pela terra a organização da produção agrícola. Questionamos que aprendizados são construídos e procuramos situar essa ação na reflexão mais geral sobre Agroecologia na sociedade. A metodologia da pesquisa foi a observação e a realização de entrevistas.

Nossas conclusões apontam para uma construção de experiências complexas e repletas de dificuldades, mas que trazem resultados de mudanças de hábitos. No todo o MST contribui para pensar a forma de sociedade e mercado e produção acelerada pautada em alimentos sem qualidade para a vida saudável.

Palavras-chave: Agroecologia; Movimentos sociais, MST

ABSTRACT

His research focus on agro ecology and the agricultural practices adopted by Brazil's Landless Rural Workers' Movement (MST) at Itapuí settlement, in Santa Rita, Rio Grande do Sul.

Through the case study of Itapuí settlement, we analyze MST's strategies for agrarian reform and agricultural production, investigating their concern with the agro ecology issues. The methodology is based on field observation and interviews, which revealed that, despite lots of difficulties, MST gives a significant contribution to rethink the agricultural practices based on large food production without considering the quality of life.

Palavras-chaves: agroecology, social movements, MST.

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SIC	Sistema Interno de controle
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
COPEC	Cooperativa de Prestação de Assistência Técnica Ltda
RS	Rio Grande do Sul
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CIMI	Comissão Indigenista Missionária e da Pastoral da Operaria de São Paulo
IMO	Instituto do Mercado orgânico
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores dos Assentamentos
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos da Reforma Agrária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporção das áreas utilizadas para as atividades produtivas do Assentamento.	27
------------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Área estimada em hectares utilizada para cada atividade agrícola do PA Itapuí.	27
Tabela 2	Produtos que são comercializados na feira em Porto Alegre da Secretaria da agricultura	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Espacialização do MST – Número de famílias em ocupações – 2000-2010	19
Mapa 2	Localização do Município Nova Santa Rita – RS	22
Mapa 3	Localização do Município Eldorado do Sul	43
Mapa 4	Localização das Feiras Agroecológicas do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos técnicos básicos de uma estratégia agroecológica	34
Quadro 2	Funcionamento das férias	45
Quadro 3	Ficha para o cadastramento das famílias	56
Quadro 4	Organograma Organograma da COCEARGS e da organização do processo de certificação.	58

LISTA DE FIGURAS

Foto 1	Acampamento Encruzilhada do Natalino.	15
Foto 2	Acampamento da Fazenda Annoni	16
Foto 3	Sem terra da Fazenda Annoni rumo a uma nova ocupação	17
Foto 4	Policias impedindo a passagem dos sem terra para outra área	18
Foto 5	Produtos agroecológicos da feira da Secretaria da Agricultura	48
Foto 6	Feira Agroecológica – Produtos comercializados oriundos do Assentamento PA Itapuí/Meridional em Porto Alegre.	48
Foto 7	Produtor do Assentamento PA Itapuí/Meridional comercializando o seu produto	49
Foto 8	Comercialização de produtos agroecológicos do Assentamento PE Integração Gaúcha	50
Foto 9	Consumidores na feira I	51
Foto 10	Consumidores na feira II.	52

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Localização do projeto do Assentamento Itapuí no Município de Nova Santa Rita.	26
-----------------	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 A LUTA PELA TERRA NO RS	12
1.1 O Assentamento Itapuí	20
1.2 Estrutura e funcionamento do assentamento	21
1.3 O desafio de produzir	23
1.4 Organização do Assentamento	26
CAPÍTULO 2 AGROECOLOGIA E O MST	29
2.1 Agroecologia segundo os teóricos	33
2.2 Diferença entre agroecologia e produção orgânica	37
2.3 MST e a agroecologia	39
CAPÍTULO 3 MST E A AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO PA ITAPUÍ/MERIDIONAL – RS	42
3.1 O surgimento das feiras.	45
3.2 Como se dá o processo de certificação	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA	61

INTRODUÇÃO

A escolha do tema de pesquisa está vinculada à minha trajetória de vida como filha de assentados e atuantes no MST. O ingresso no curso de geografia me fez refletir como nossa luta está integrada a outras necessidades como a produção orgânica. No assentamento Itapuí, lócus dessa pesquisa, entre muitas tentativas de construção de uma coletividade e processos interrompidos, o cultivo orgânico tem sido um grande aprendizado entre aqueles que produzem para seu auto consumo ou entre aqueles que cultivam a terra para levar esse produto diferencial às feiras orgânicas no Rio Grande do Sul. Se as feiras orgânicas têm como público consumidor essencialmente uma classe média, no assentamento Itapuí, o agricultor consome esse produto com orgulho. Minha família, em particular minha mãe, é uma demonstração viva dessa opção. Dirigente do MST, ela (Juraci Lima de Oliveira) defende em todos os cantos de nossa casa e do assentamento a importância do produto orgânico. Com base em todos esses fatos que me cercam, justifico a escolha do tema dessa monografia. Gostaria também de destacar a importância da formação crítica que recebi na graduação e que definiram a opção do tema: a Produção Agroecológica como forma de resistência no assentamento Itapuí/RS. O objetivo da pesquisa, além de analisar essa experiência, é compreender como ela se organiza e que desafio enfrenta.

O grupo gestor de agroecologia representa um forte marco para o MST, pois foram os pioneiros na utilização de técnicas agroecológicas indo ao encontro das discussões propostas pelo MST, de que os assentamentos de reforma agrária aderissem a esta nova maneira de produzir. Portanto, abordar esta experiência me traz um compromisso dobrado, além de expressar a realidade do trabalho prático/teórico realizado através de um planejamento e de uma determinada metodologia, mostrar a compreensão de desenvolvimento que o MST vem construindo ao longo dos anos, em conjunto com as suas regionais e com as famílias assentadas.

O referido grupo nasceu da certeza que temos que mudar o modelo de produção capitalista, que historicamente está sendo alimentado pelo capital financeiro internacional, bem como seu desenvolvimento sobre a agricultura, voltado para o lucro de uma minoria, é preciso e urgente. Como sinal de resistência e afronto a esse modelo de produção muitas famílias e grupos iniciaram um processo de transição para a produção agroecológica. Um modelo de produção que na sua essência respeita o meio ambiente, a biodiversidade, produz alimentos limpos e saudáveis e edifica novas relações sociais, culturais e econômicas nas comunidades.

A pesquisa foi realizada a partir da observação dos grupos e da realização de entrevistas. As entrevistas abertas foram realizadas no assentamento e em feiras ecológicas no Rio Grande do Sul, mais especificamente na feira da cidade de Porto Alegre.

É importante registrar que a observação que usamos na produção do trabalho é resultado não apenas do momento da pesquisa. Como sou assentada, sempre observei essas organizações, entretanto, como pesquisadora, essa observação passou a ser mais apurada e sistemática. Essa sistematização reflete a diferença de um trabalho de pesquisa. No dia-a-dia, certamente observamos, mas durante uma investigação nos dedicamos a colher e rever a vida de forma mais profunda e atenta.

Minha inserção na realidade da pesquisa facilitou, mas também dificultou o processo de investigação. Sair da nossa própria realidade e fazer reflexões é complexo, mas ao longo do processo de orientação sair das aparências foi um exercício importante e difícil. Espero ter conseguido.

Assim, o trabalho está dividido em três capítulos que se definem a seguir:

O primeiro apresenta um histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, situando sua fase de surgimento e luta pela Terra. A partir desse processo procuramos situar a questão da produção agroecológica. Trazemos também a trajetória do assentamento Itapuí desde sua origem. Situar essa realidade será fundamental para entendermos as experiências de agricultura ecológica.

O segundo capítulo, constitui-se em nosso exercício de ligar o objeto estudado às reflexões teóricas do tema estudado. Nesse sentido, procuramos situar uma discussão teórica sobre agroecologia e produção orgânica para, enfim, traçarmos a trajetória histórica do surgimento da Agroecologia na sociedade e sua incorporação pelo MST.

O terceiro capítulo apresenta e discute a trajetória da produção agrícola no assentamento Itapuí e em outros assentamentos do MST. Nossas reflexões ocorrem no sentido de apresentar conquistas e limites dessa prática.

Para nós, esse trabalho foi significativo. Ao leitor espero que a leitura contribua para seu enriquecimento.

CAPÍTULO 1 - A LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL¹

No presente capítulo apresentaremos a história da luta pela terra realizada por camponeses no estado Rio Grande do Sul. FERNANDES, em sua tese de doutorado, informa que:

[...] as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa.

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST". (FERNANDES, 1999, p 15)

O Movimento dos MST (Trabalhadores Rurais Sem Terra), surgiu oficialmente em 1984, no primeiro Encontro Nacional que aconteceu de 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná e foi criado pelos trabalhadores rurais sem terra. Antes disso, porém, um episódio ocorrido em maio de 1978 entrou para a história da luta pela terra no Brasil: a luta pela terra ocorrida no Rio Grande do Sul entre camponeses e o povo indígena Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai. Desde 1974 os Kaingang vinham lutando para recuperar as suas terras que haviam sido ocupados por agricultores. Assim, após muita luta, os indígenas reconquistaram os seus territórios, expulsando 1.800 famílias de colonos e rezeiros. Segundo FERNANDES:

¹ O presente capítulo foi redigido a partir dos depoimentos de assentados do Assentamento Itapuí/Meridional que acompanharam todo o processo de luta pela terra na região.

A Reserva Indígena de Nonoai foi criada em 1847 e a entrada na área das primeiras famílias sem-terra começou na década de 1940, sendo que em 1962 já existiam 400 famílias que arrendavam lotes de até 20 ha. Em 1963, em torno de 5.000 famílias do MASTER que estavam acampadas na fazenda Sarandi, e em outros acampamentos da região, foram despejadas. Para parte das famílias que resistiram, o governo estadual ofereceu a condição de se tornarem rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, ocupando as terras da área indígena. Somente 15 anos depois, com a sua organização, os Kaingang, cessaram essa relação de exploração (FERNANDES, 1999, p. 41).

De acordo com FERNANDES (1999) para as famílias expulsas das terras foram oferecidas três alternativas: a primeira, imigrar para os projetos da Amazônia; a segunda, tornar-se trabalhadores assalariados na cidade e a terceira, lutar pela terra, opção escolhida pela maioria das famílias. Como à época não existia uma articulação a nível nacional para organizar a luta, as famílias acabam se espalhando, uns foram morar com os parentes, outros em beiras de estradas.

Mas, a luta pela terra no Rio Grande do Sul havia começado, pois a esperança das famílias de ter um pedaço de terra para poder plantar e criar seus filhos era grande. Uma nova tentativa de conquista se inicia no ano de 1978, no começo com 30 famílias, número que no decorrer do processo atingiu 300 famílias, distribuídas nas ocupações ocorridas nas glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, nas Reserva Florestal da fazenda Sarandi, e em Rondinha outras duas ocupações que, em seguida, formaram uma só ocupação.

Com este número de famílias acampadas, o governador do estado resolveu mandar o Secretário da Agricultura para fazer os cadastramentos das famílias, prometendo fazer a reforma agrária, ou seja, assentar as mesmas. As famílias, acreditando nesta promessa, são convencidas a retornar às suas casas e aguardar os assentamentos. Assim, o governo se livrou de mais um problema, mas acabaram surgindo mais famílias querendo se cadastrar com o sonho de ser assentado no estado.

Diante dessa situação o Governo Federal se propôs a assentar 550 famílias no estado do Mato Grosso, num projeto de colonização chamado Terra Nova e mais 128 famílias em Bagé. Além disso, uma parte das famílias de Nonoai foram levadas ao Parque de Exposição em Esteio –RS (FERNANDES, 1999, p. 43).

Após várias tentativas de ocupações as famílias começaram a se organizar e buscaram o apoio na CPT (Comissão Pastoral da Terra), e alguns apoiadores que já à época existiam, para poder fortalecer mais a luta pela terra. Segundo FERNANDES (1999,p.44) foi:

Em julho de 1979, com o apoio da CPT e de um funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura: João Pedro Stédile, os colonos realizaram uma assembléia para decidirem sobre os seus destinos: lutar pela terra no estado ou migrar para o Mato Grosso. Nessa reunião, deliberaram que as soluções para os seus problemas deveriam ser alcançadas em comum e não de forma individualizada. Tomaram mais duas decisões: fazer um abaixo-assinado ao governador, reivindicando o assentamento no estado e, senão fossem atendidos, ocupariam a fazenda Sarandi novamente. Assim, germinava a organização dos colonos e se solidificava pela sua própria legitimação.

Neste quadro, em setembro de 1979 ocorreu a ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta. Esta ocupação foi feita por 110 famílias na madrugada do dia 06 a 7 de setembro.

Era a madrugada do dia 7 de setembro de 1979, a lua cheia clareava o caminho da terra prometida e em pouco tempo a Macali era terra ocupada. Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos.(FERNANDES, 1999 p. 43)

De acordo com FERNANDES(1999, p.44), após a ocupação as famílias realizaram a primeira celebração, onde foi lida um versículo do livro do Êxodo onde retratava a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida. Tudo a ver com aquele momento onde as mesmas também estavam na busca por uma terra, por uma vida melhor.

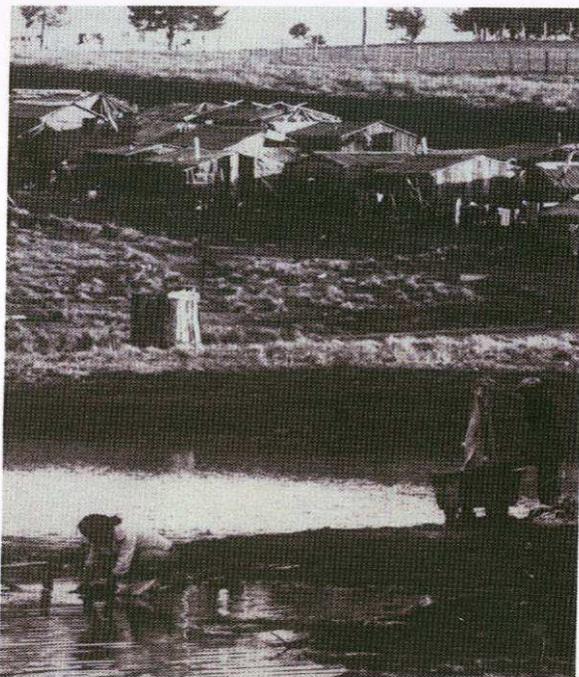
No dia seguinte, a polícia monta seu acampamento próximo à área e aos poucos foi reforçando seu pelotão e tentando amedrontar as famílias, que, porém, estavam dispostas ao enfrentamento. Segundo FERNANDES:

O acampamento dos colonos era um espaço de luta e de resistência, de modo que estavam dispostos ao enfrentamento. As mulheres pegaram seus filhos e formaram uma barreira em torno do acampamento. Esse enfrentamento fez os brigadianos recuarem de suas posições e começaram as negociações com o governador. Algumas lideranças foram cobrar do governador se ele iria ou não ocupar também aquela terra. Levaram como prova, um recorte de jornal, em que havia a declaração que ele tinha feito há 40 dias atrás. O governo autorizou os colonos a plantarem na área e retirou a Brigada Militar do local. Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada. A conquista da Macali fortalecia a decisão dos colonos de serem assentados no próprio estado. (FERNANDES, 1999, p. 43)

No ano de 1981 mais de 700 famílias de agricultores acamparam à beira da estrada em Ronda Alta. Este acampamento ficou conhecido como Encruzilhada do Natalino, sendo um marco na história do MST, pela luta e resistência das famílias sob o regime militar. O

Brasil vivia uma conjuntura de extrema luta pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades e no campo. A foto 1 retrata o acampamento.

Foto 1: Acampamento Encruzilhada Natalino.



Acampamento da Encruzilhada Natalino, ao longo da estrada, que durou de janeiro de 1981 a 12 de março de 1982.

Fonte: Arquivos da secretaria do MST, 2011.

Diante de todas estas conjunturas de ocupações de terras no Brasil começa-se assim a articular a nível nacional a luta pela terra no Brasil, surgindo assim os primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convocado pela Comissão Pastoral da Terra.

De acordo com MORISSAWA (2001), entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984 realizou o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no estado do Paraná, com a participação de 1500 trabalhadores rurais vindos de 12 estados do Brasil². Também estavam presentes algumas entidades como a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o CIMI (Comissão Indigenista Missionária), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a Pastoral da Operaria de São Paulo. Na ocasião, o congresso aprovou a ocupação de terras como forma principal de luta do

² Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santos, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima.

movimento, com os lemas “Ocupação é a única solução” e “Sem Reforma Agrária não haverá democracia”.

Em seguida, as ocupações começaram em todos os 12 estados onde o MST estava organizado. Foi neste clima que o MST deu continuidade ao processo de sua expansão em âmbito nacional. A partir daí começou-se a pensar em construir um movimento orgânico com objetivos e linhas políticas definidas. Mas, somente em 1985 o MST surgiu como um movimento articulado a nível nacional, com a convocação de seu Primeiro Congresso.

Seguindo a definição do 1º Congresso Nacional, na noite de 29 de outubro de 1985, 1500 famílias de agricultores, provenientes de 33 municípios do estado do Rio Grande do Sul, ocuparam a fazenda Annoni (foto 2), no município de Sarandi, como forma de reivindicar terra para trabalhar. Até a desapropriação da área as famílias fizeram marchas até Porto Alegre com 250 famílias. Houve conflitos com a polícia, muitas pessoas ficaram feridas nestes conflitos e ocorreram muitas prisões, mesmo assim as famílias não desistiram de lutar (MORISSAWA 2001).

Depois de um ano de acampamento, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Governo decidiram que a Fazenda Annoni seria liberada para os acampados, com fins de Reforma Agrária, mas a área comportaria somente 200 famílias, sendo que o acampamento contava com mais de 1.500 famílias esperando para serem assentadas. Diante da inexistência de outras áreas para assentar as demais famílias, o INCRA propôs que a Annoni se tornasse um acampamento provisório para todas as famílias até que fossem desapropriadas outras áreas. As famílias acabaram aceitando a proposta, sendo a Fazenda Annoni dividida em 16 áreas, onde cada família recebeu 2 hectares de terras e o plantio era feito coletivamente.

Mesmo assim, as ocupações continuaram, já que o objetivo dos sem terra agricultores era a conquista da terra. Foram seis anos de espera para os acampados. A foto 3 retrata os sem terra rumo a uma nova ocupação e a foto 4 a ação policial de repressão a tal movimentação.

A fazenda Annoni foi desapropriada para assentar 412 famílias em cerca de 9 mil hectares de terras. As demais famílias foram para outras áreas no estado do Rio Grande do Sul, surgindo assim novos assentamentos no estado todo.

Foto 2: Acampamento da Fazenda Annoni



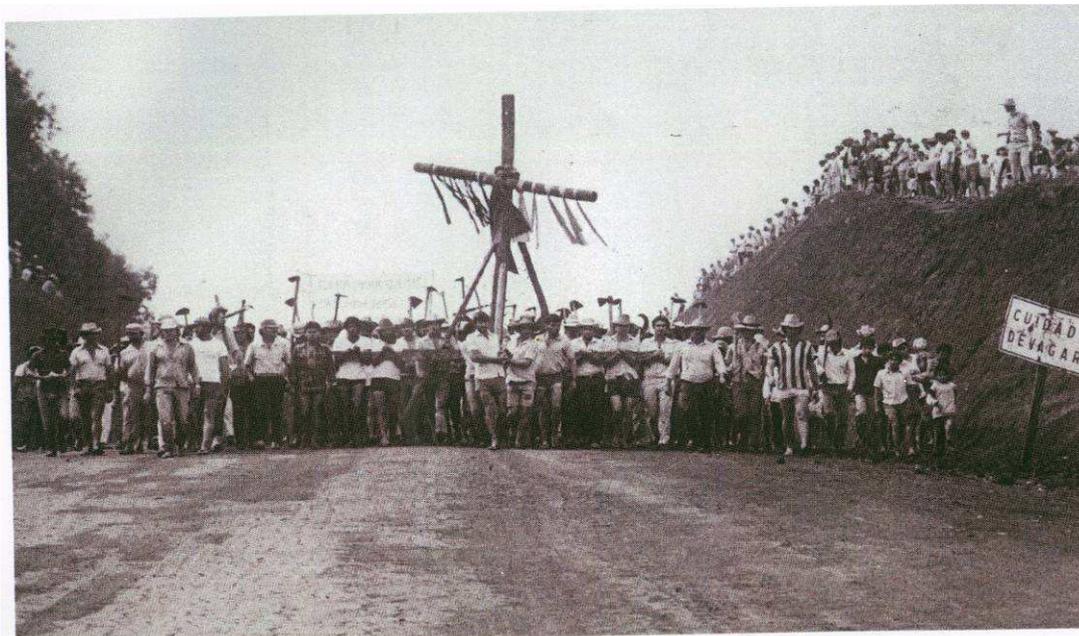
**Acampamento da Fazenda Annoni, ocupada por
2 mil famílias, em outubro de 1985.**

Fonte arquivo pessoal.

Stédile (1999) afirma que, na essência, o MST surgiu como um movimento camponês, que tinha como bandeira três reivindicações prioritárias: terra reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. Para o autor, o MST sobreviveu porque soube articular interesses particulares, corporativos e objetivos, com os interesses de classes. Segundo o autor:

Se o MST, como movimento camponês, lutasse apenas por terra, já teria acabado. O movimento camponês que restringir a luta apenas a aspectos corporativos estará decretado como falido. A luta do MST é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital (STÉDILE, 1999, p. 36).

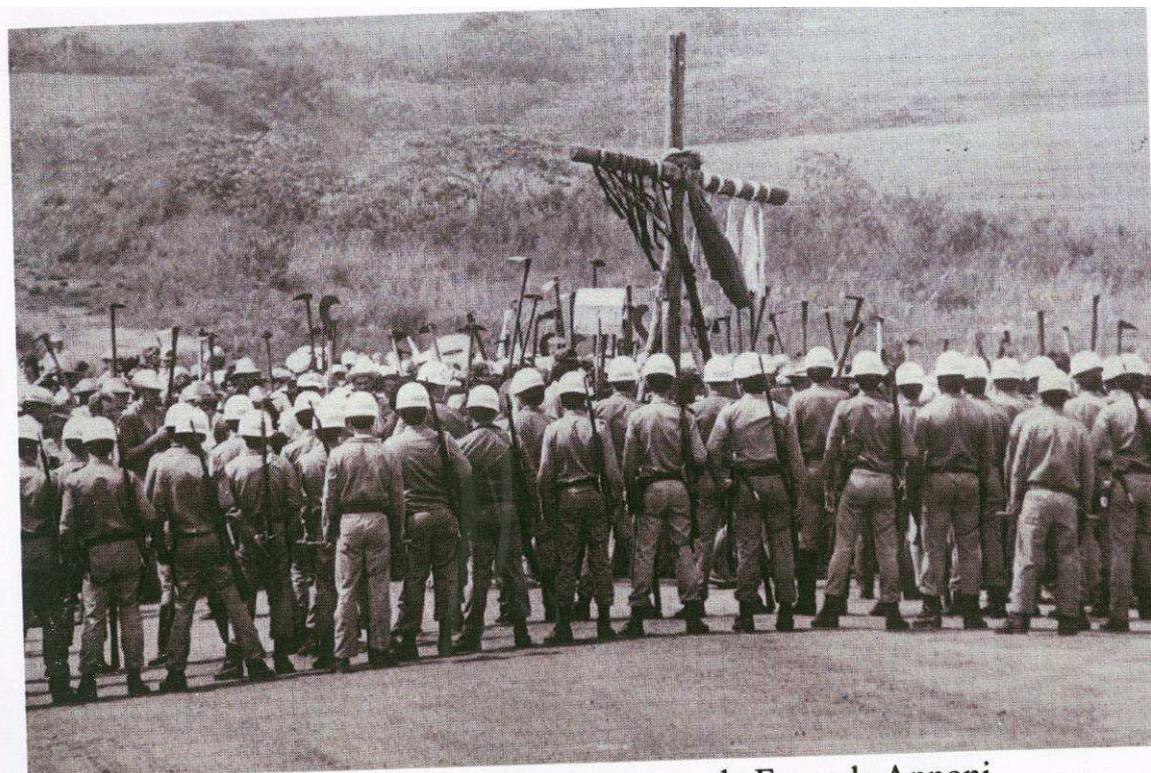
Foto 3: Sem Terra da Fazenda Annoni rumo a uma nova ocupação.



Trabalhadores da Fazenda Annoni tentam se dirigir a outras fazendas. set/1986.

Fonte: Arquivos da secretaria do MST, 2010.

Foto 4: Policias impedindo a passagem dos sem terra para outra área.



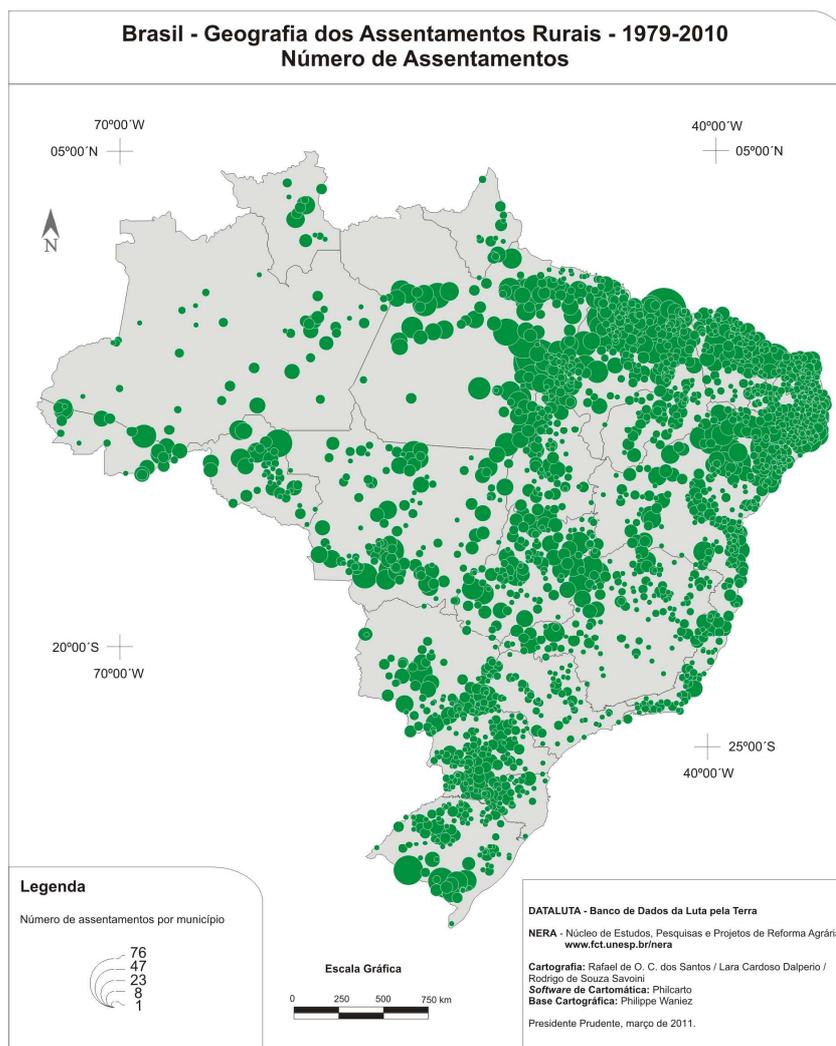
Polícia Militar cerca acampamento da Fazenda Annoni, impedindo agricultores de irem para outras áreas. Agricultores batizam a fazenda de "presídio Brossard". Set/86

Fonte: Arquivos da secretaria do MST, 2011.

Assim, o autor transmite a opinião de que a continuidade desta organização se deu, diferente das outras organizações, devido à luta, não apenas pela terra como fonte de trabalho, mas devido à necessidade de ir além e reivindicar mais direitos, que são deveres do Estado, conferidos pela própria Constituição, e buscar também a transformação da realidade social.

Os conflitos de terras no Estado do Rio Grande do Sul foram muitos. Nesta caminhada muitas pessoas foram mortas, presas, torturadas, feridas para que fosse possível conquistar a terra. Apesar da lentidão do governo e da repressão dos latifundiários, os sem terras permaneceram firmes no propósito de lutar pela terra na terra. De 1979 a 2010 foram formados no estado do Rio Grande do Sul, 795 assentamentos e 39.202 famílias foram assentadas, uma área total de 794.941 hectares. Em todo o Brasil, tem-se 8.011 assentamentos e 968.148 famílias assentadas uma área total de 76.043.453 hectares. A (DALUTA, 2011)

Mapa 1



Fonte: DALUTA, 2011.

Mesmo diante desses números, muitas famílias ainda continuam no processo de luta pela terra no estado, que conta com mais de mil famílias em baixo da lona preta, aguardando terra. No item seguinte, vamos mostrar de forma sucinta a história da conquista do Assentamento Itapuí no município de Nova Santa Rita, assentamento que teve seu início na Fazenda Anonni.

1.1. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO ITAPUÍ³

A Fazenda Itapuí pertencia a uma família alemã que no ano de 1962 doou a área para uma entidade assistencial do Banco do Brasil. Porém, com a extinção desta, o então governador Ildo Meneguetti, em 1963, passou a área para o controle do Estado e a doou para os seus filhos. Estes, com a intenção de criar cavalos e suínos na fazenda, obtiveram empréstimos no extinto Banco Meridional, construindo toda a infra-estrutura necessária para o empreendimento. Porém, com a aplicação inadequada dos recursos, não conseguiram quitar as dívidas com o Banco, que entrou com um processo judicial contra os proprietários em 1984. Assim, esta área ficou hipotecada no banco e o MST ficou sabendo que ela pertencia ao Estado. Após fazer uma vistoria as famílias do Movimento decidiram fazer uma ocupação na mesma.

O assentamento Itapuí teve dois momentos de ocupação. A primeira ocupação da Fazenda Itapuí, ocorreu em outubro de 1987, com 15 famílias vindas da Fazenda Anonni. Estas famílias vieram na frente com o objetivo de fazer pressão junto aos órgãos para a compra da fazenda. Sem sucesso, em maio de 1988 mais vinte e cinco famílias, originárias do acampamento Capão do Leão, somaram-se à ocupação, totalizando então quarenta famílias. Com a chegada destas novas famílias se reforçou o acampamento, tendo sido realizada uma nova ocupação na fazenda. Neste mesmo ano, ocorre uma ordem de despejo decretada pela justiça, mas que acabou não sendo concretizada devido a articulação entre MST, deputados, secretários de governo e advogados. O argumento desta comissão era de que o tramite da desapropriação já estava adiantado e o Banco Meridional concordava com o processo, sendo a ordem de despejo improcedente.

Com a ocupação da área pelo MST, começaram as negociações para a compra da área pelo INCRA, que a considerou passível de desapropriação. Como o Banco Meridional queria reaver o recurso emprestado anteriormente aos proprietários, apoiou o processo. Na

³ Item construído através de conversas com as famílias e da vivência com as famílias do assentamento.

avaliação das famílias, a área desapropriada, que era 1.177,6 hectares, iria comportar somente aquelas que haviam chegado até aquele momento, ou seja, as 40 famílias ali acampadas. Porém, após realizar a vistoria, o INCRA decidiu assentar mais vinte famílias, chamando mais famílias que estavam acampadas na Fazenda Annoni.

O INCRA acabou também assentando as oito famílias de posseiros da antiga fazenda, mesmo diante da preocupação do MST com o fato de que estas famílias não tinham participado de todo o processo de acampamento e da não aceitação por parte daquelas que haviam permanecido acampadas por todo o tempo no acampamento. Ao fim do processo, ocorrido em 1988, a objeção das famílias sem terra não foi aceita e o INCRA concretizou a regularização de todas as famílias, totalizando assim 68 famílias.

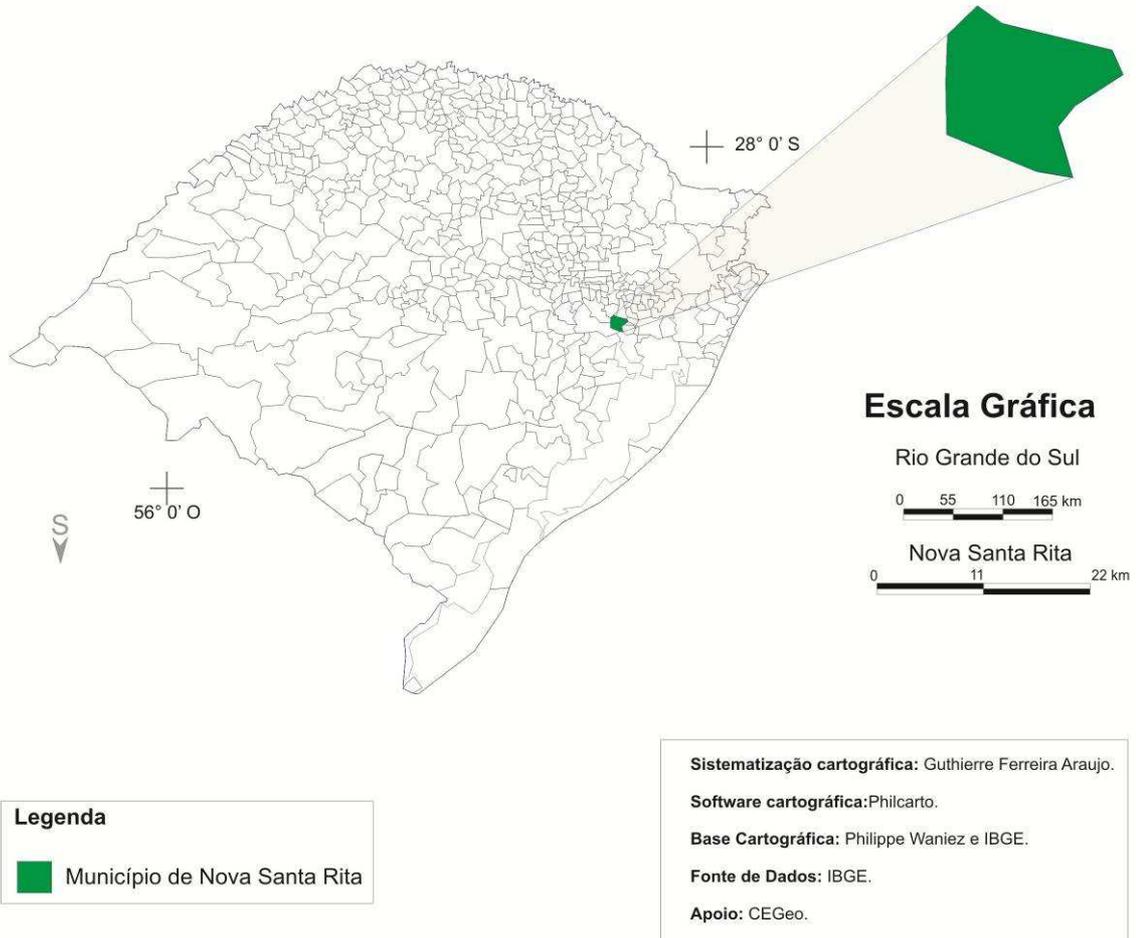
1.2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ASSENTAMENTO

Como já dito, o Assentamento Itapuú foi implantado em 1988, com o assentamento de 68 famílias, oriundas de várias regiões do Rio Grande do Sul, principalmente dos municípios do norte do estado, como Liberato Salzano, Palmeira das Missões, Erval Grande, entre outros. No início, houve várias dificuldades de adaptação destas famílias em função das diferenças entre as regiões de origem e a região em que o assentamento foi instalado, no que se refere ao tipo de solo e ao sistema de cultivo.

A região da Depressão Central, onde se localiza o assentamento, caracteriza-se por apresentar propriedades dedicadas ao cultivo de arroz irrigado, à pecuária e à silvicultura. Já na região de origem das famílias predominava a agricultura camponesa dedicada ao cultivo de grãos como o feijão, milho, trigo e soja. Em função das dificuldades de adaptação, ao longo do tempo, houve a substituição de algumas famílias devido ao abandono de lotes, sendo que aproximadamente 90% das famílias permanecem nos lotes desde a sua criação.

O Assentamento Itapuú está localizado a 12 km da sede do município de Nova Santa Rita (mapa 2) e a 35 km da capital do estado, Porto Alegre. Encontra-se dividido em duas glebas – a “gleba de cima” e a “gleba de baixo” -, em virtude da própria divisão da Fazenda Meridional que definiu o Assentamento. As glebas são interligadas entre si por uma estrada municipal, ficando distantes uma da outra cerca de dois quilômetros. Na gleba de cima encontram-se assentadas vinte e sete famílias e na de baixo 41 famílias. Cada família recebeu em média 12,6 hectares de terra. Com a desapropriação, o local ficou conhecido como Assentamento Itapuú e não mais como Fazenda Meridional.

Mapa 2: Localização do Município Nova Santa Rita – RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DESTAQUE PARA O
MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA



O Assentamento Itapuí possui benfeitorias produtivas e não-produtivas coletivas que são:

Equipamentos Sociais coletivos:

- 02 centros comunitários, sendo um em madeira em precárias condições e um construído em alvenaria através de convênio Incra/Ministério do Esporte e Lazer/Caixa Econômica Federal, em 2006, com 60 m²; nestes centros comunitários são realizados bailes, festas, missas e reuniões;
- 1 campo de futebol, próximo à sede comunitária;
- 01 salão da comunidade, onde se realizam as missas;

Infra-estrutura econômico-produtiva coletiva:

- Rede elétrica em todas as moradias e nos espaços coletivos;

- Obras de reforma de estradas, em andamento, através de contrato 2008/2009.
- Barragem de 10 hectares coletiva com problemas estruturais.

1.3- O DESAFIO DE PRODUZIR

Após a conquista das terras começaram a surgir os primeiros desafios: como organizar a produção, como construir e organizar a comunidade. Assim, as 68 famílias que foram assentadas, dividiram-se em duas formas de organização da produção: de um lado, através da cooperação, com 43 famílias organizadas em grupos coletivos de produção, onde tudo se produzia coletivamente e depois se fazia a divisão igualmente; de outro, através da produção familiar tradicional, com as 35 famílias restantes, mas com alguma forma de cooperação, seja para acessar os créditos ou para fazer a troca de dias de trabalho entre as famílias⁴. Esta divisão se deu porque no tempo de acampamento as famílias já estavam organizadas em grupos de trabalhos, tendo sido respeitada a divisão já existente no acampamento.

A experiência de trabalho coletivo nos grupos no assentamento não teve êxito, durando apenas 2 anos, tendo sido desfeita por problemas administrativos, tais como dívidas, falta de informação sobre o tipo de produção adequada para a região e sobre como trabalhar coletivamente. As famílias semearam grandes extensões de terra sem um planejamento prévio, pois no início do assentamento não havia um técnico para dar assistência aos assentados e, além disso, também era recente a discussão sobre a cooperação dentro do MST. Em termos de cultivos, o assentamento sempre se caracterizou por ter uma produção bastante diversificada, com o predomínio de milho, feijão, aipim, abóbora, melancia, pepino, porongo⁵ e melão e hortigranjeiros como alface, beterraba, salsa, cebolinha, agrião, couve, pimentão etc.

Logo no primeiro ano as famílias procuraram plantar lavouras extensas. Muitos hectares de terra foram cultivados com as mesmas culturas que plantavam nas comunidades de origem, como o milho, feijão, mandioca e batata. Realizaram também a experiência de plantar trigo, sem êxito, devido ao desconhecimento, por parte das famílias, sobre a realidade

⁴ Um dia a famílias trabalhava no lote do vizinho o outro dia ele trabalhava no dele.

⁵ Porongo é o fruto com o qual é feita a cuia do chimarrão. Antes de ser cortado pra fazer a cuia, ele é tipo um balão duro, oco, e, como tem algumas sementes dentro, faz barulho quando a gente sacode.

da região no primeiro ano de plantação: as famílias produziram mas pois não havia mercado para a produção. Esta experiência de produção coletiva durou 2 anos.

No ano seguinte as famílias já trabalhando de forma individual receberam orientação técnica através da EMATER⁶. Os investimentos feitos foram em máquinas pesadas, tratores e implementos para plantar as culturas de milho, feijão e trigo. Começou-se uma discussão para que as famílias investissem na produção de leite, em função da existência de uma pequena fábrica de queijo próxima ao assentamento pertencente à Parmalat que comprava a produção. Esta discussão foi realizada pela equipe técnica do assentamento junto com os dirigentes da região. Assim, praticamente todas as famílias do assentamento investiram em gado leiteiro, pois a partir do segundo ano as famílias já estavam todas produzindo de forma individual, e só havia coletivo nos maquinários agrícolas.

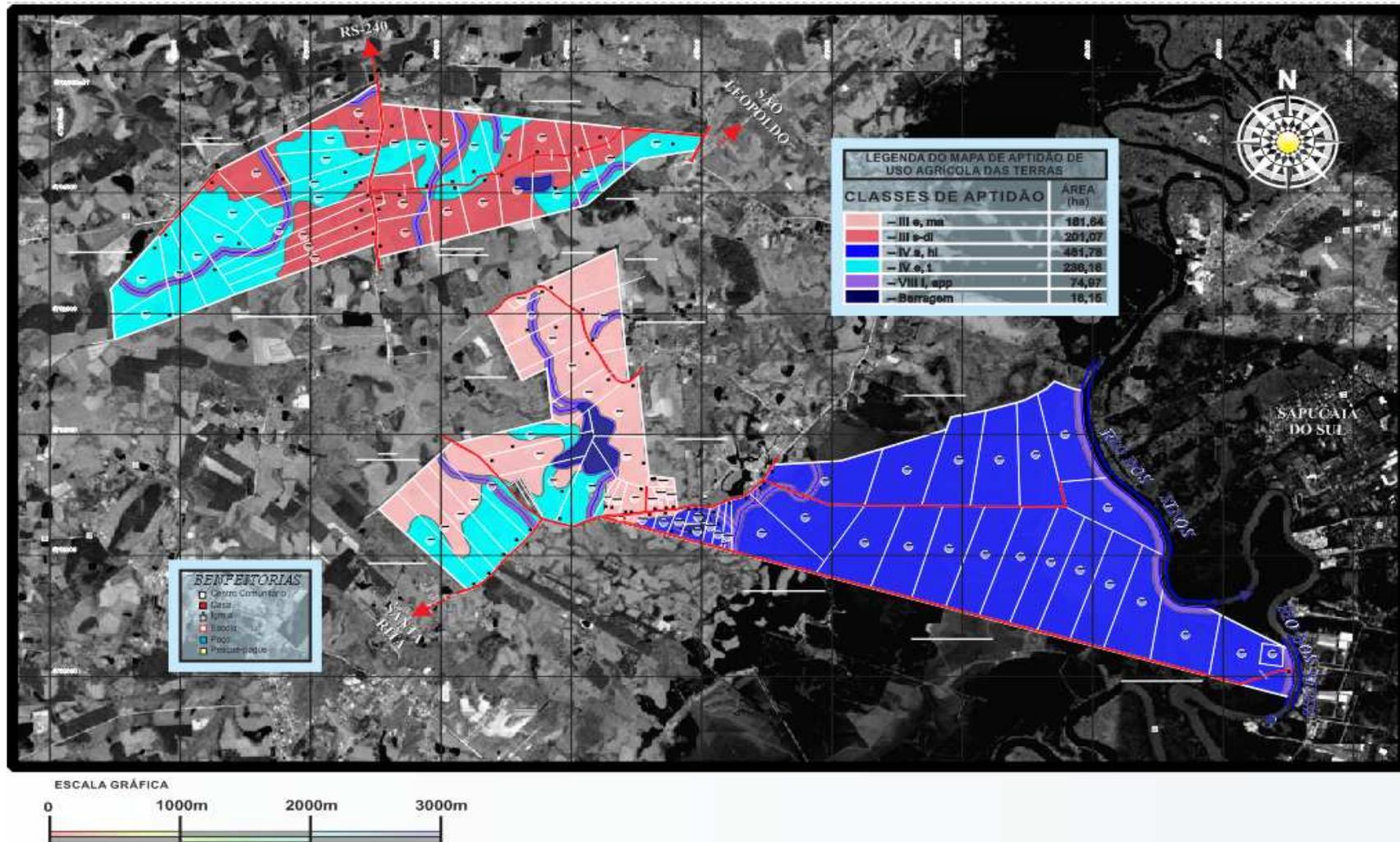
A partir do terceiro ano de implantação do assentamento, as famílias a partir das orientações recebidas do técnico agrícola, começaram a dedicar-se a outras culturas, como melão, melancia e hortaliças, pois a terra arenosa era própria para essas culturas. Na produção leiteira, porém, aconteceram algumas frustrações. Com o fechamento da fábrica de queijos, os agricultores ficaram sem ter para quem vender o leite. Assim, muitas famílias se desfizeram do gado leiteiro, ficando somente com alguns animais de leite para o consumo da família.

A partir do quarto ano de assentamento as famílias foram obrigadas, pelas condições do clima e da terra, a mudar o jeito de produzir, passando então a trabalhar mais com hortaliças e verduras, comercializando com os mercados da região e até mesmo para atravessadores. Com isso, houve uma queda na renda familiar, pois esses tipos de produtos possuíam um preço menor. Assim, diante da necessidade de buscar um aumento da renda, tem início a discussão com as famílias para a produção de forma orgânica.

Na figura abaixo podemos ver a localização do Assentamento Itapuí.

⁶ Instituto de Assistência Técnica Rural.

Figura 1 :Localização do projeto do Assentamento Itapuí no Município de Nova Santa Rita.



Fonte:

COPEC,

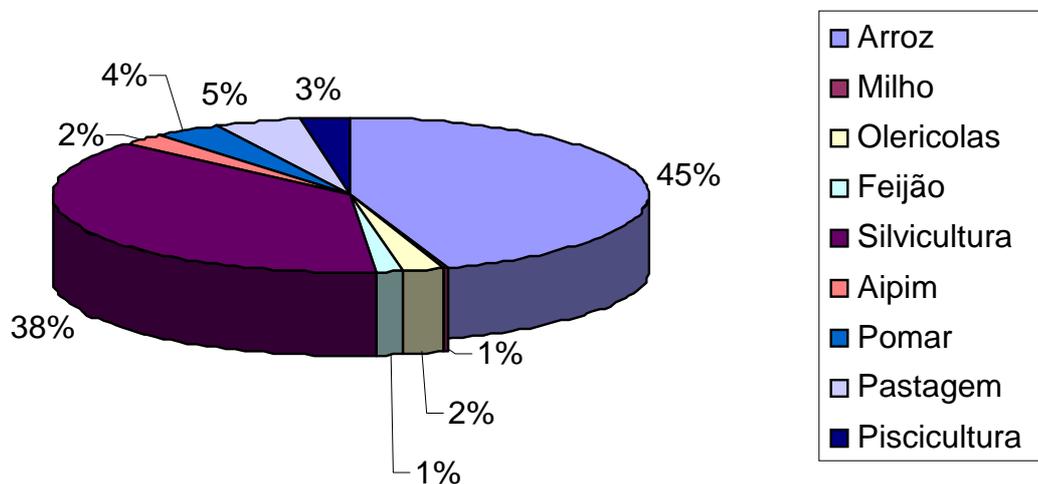
2008

1.4 - ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Atualmente o assentamento possui 23 anos de existência. Durante todo este tempo já sofreu muitas mudanças, uma delas na forma de produzir. Existem no assentamento hoje duas associações que estão consolidadas: a Associação dos Erval – da qual faz parte o Grupo Gestor das Hortas, formado por seis famílias - e a Associação dos Arrozeiros, da qual participam 15 famílias. As demais famílias produzem para seu auto-consumo e também para a comercialização como o leite, ovo, carne de bovina, queijo, aipim e o feijão.

As principais linhas de produção existentes no assentamento atualmente são o arroz e silvicultura para o cultivo da acácia e do eucalipto. Segundo levantamento feito pela equipe técnica da COPTec com as famílias durante o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento) em 2009, essas duas atividades são responsáveis por mais de 80% da ocupação da área produtiva no Assentamento. O arroz ocupa o primeiro lugar, com 45% (414,00 hectares) da área produtiva do assentamento, sendo a produção entregue à Cootap (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda), uma cooperativa da região. A silvicultura ocupa o segundo lugar, com 38% (353,10 hectares) da área produtiva, com a produção vendida no mercado de forma coletiva. As outras atividades comerciais ou de auto-consumo, como hortigranjeiros, milho, feijão, aipim, etc., ocupam pouco mais de 10% da área (62,50 hectares). As demais áreas, que correspondem a 5% (94 hectares) do assentamento, são ocupadas por pastagem. Essa área reduzida ocupada pelas pastagens deve-se ao fato de que, atualmente, menos da metade das famílias (33 famílias) possuem gado leiteiro. Além disso, não existe nenhuma empresa coletando leite no assentamento, diferente do que aconteceu no passado. Assim, o produto é destinado ao consumo das famílias ou à fabricação de queijos artesanais com venda local. No gráfico e na tabela abaixo (Gráfico 1 e Tabela 1) podemos ver a participação das diversas atividades produtivas do Assentamento Itapuí.

Gráfico 1: Proporção das áreas utilizadas para as atividades produtivas do Assentamento.



Fonte: Coptec, 2010

Tabela 1: Área estimada em hectares utilizada para cada atividade agrícola do PA Itapuí.

Cultura	Área total estimada (ha)
Arroz	414,00
Milho	4,50
Olerícolas	20,00
Feijão	12,00
Silvicultura	353,10
Aipim	20,00
Pomar	34,00
Pastagem	94,00
Piscicultura	25,00
Total	976,60

Fonte: Coptec, 2010

Além das associações, o assentamento está organizado em três Núcleos de Base, forma de organização presente em todos os assentamentos do MST. Trata-se de uma forma

dos assentados estarem sempre atualizados sobre as discussões do movimento e também de poder dar a sua contribuição nestas discussões. Cada Núcleo de Base tem um coordenador e uma coordenadora que devem participar das discussões nas reuniões da Regional que acontecem geralmente uma vez no mês. Logo em seguida as discussões são repassadas às famílias de cada núcleo.

Na Gleba de Cima temos a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nova Sociedade, uma conquista dos assentados. As famílias organizaram uma equipe de educação para exigir, junto à Coordenadoria Regional de Educação, a escola na comunidade, evitando que as crianças fossem para a cidade, desvinculando as mesmas de sua realidade. Assim, a comunidade defendia uma escola diferente, no espaço - campo - e na sua pedagogia. Em 1990 se efetivou a construção da escola no assentamento, funcionando primeiramente somente de 1º a 4º série. Com o passar do tempo sentiu-se a necessidade de aumentar as séries e a escola passou a ter até o ensino médio completo. A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, tendo 368 educandos matriculados.

A escola foi uma das primeiras preocupações das famílias. O sonho de construir uma escola no assentamento, diferente das escolas que seus filhos freqüentavam antes de irem para o acampamento, estava sempre presente e alimentou a luta para conquistá-la. A escola atende os filhos dos assentados, bem como os filhos dos moradores de vilas e bairros de áreas rurais. Hoje os filhos de assentados são a minoria dentro da escola.

A escola rege-se por princípios filosóficos e pedagógicos vinculados à pedagogia do Movimento Sem Terra e aos princípios e diretrizes da educação Pública Estadual, buscando desenvolver uma educação como processo permanente de formação e transformação, voltado para as várias dimensões do ser humano, partindo da realidade e da cultura da comunidade. O projeto político pedagógico está baseado dentro da pedagogia do MST, entendendo que a educação deva servir para a transformação social. Nessa perspectiva, de acordo com o Plano Político Pedagógico da escola (1990) ela deve ser:

- Aberta para o novo;
- Para o trabalho e a cooperação;
- Aberta para o mundo;
- Voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- Um processo permanente de formação/transformação humana.

Estes princípios filosóficos, evidentemente, estão repletos de uma visão de mundo, das concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao que se entende

deva ser a educação. São os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo para o MST.

Enfim, no que se refere à busca de um aumento da renda para as famílias assentadas, uma discussão trazida pelos dirigentes do MST para o assentamento foi da implantação da produção agroecológica dentro dos assentamentos da Reforma Agrária, discussão essa que contou com a participação da Escola. No assentamento Itapuí a produção agroecológica começou com a horta e a construção de um horto medicinal onde são produzidos somente chás. Este horto é cuidado pelos educandos com a ajuda da equipe técnica que, uma vez no mês, dirigem-se à escola para dar orientações e oficinas aos educados. Foram esses os primeiros passos para a efetivação da produção orgânica em maior escala no assentamento, sobre a qual trataremos a seguir.

CAPÍTULO 2 - AGROECOLOGIA E O MST

*“Só após a última árvore ser cortada.
Só após o último rio ser envenenado. Só após último peixe
ser pescado . Só então o homem descobrirá que dinheiro
Não pode ser comido”
Profecia Cree, tribo indígena americana.*

A agroecologia vem sendo implantada nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 1998. Através do diálogo com alguns autores tem-se buscado conhecer um pouco mais sobre os conceitos, os conteúdos e as práticas da agroecologia, trazendo-as para as realidades vivenciadas nos assentamentos. Assim, primeiramente, é necessário compreender a história da agricultura camponesa para depois podermos entender como se deu o processo de introdução da agroecologia no MST.

De acordo com GÖRGEN (2004, p. 16), a agricultura camponesa surge no Brasil no período dos grandes latifúndios, voltados para a monocultura e exportação de sua produção, concedidos pela Coroa de Portugal. Os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, começaram a ocupar este território, até então pertencente aos indígenas, onde cada tribo tinham suas especificidades tanto no modo de produção de alimentos como na sobrevivência. A abundância da natureza refletia na vida dos indígenas, que se utilizavam da pesca, da caça, coleta de frutas, raízes, folhas, grãos e do cultivo da mandioca e do milho, para a alimentação.

Segundo Görden (2004) “A Coroa e o Império concediam – doavam – as terras aos grandes latifundiários, na forma de sesmarias” (GÖRGEN, 2004, p. 16). Este ambiente caracterizava-se pela concentração de terras, latifúndio, trabalho escravo e monocultura, conhecido como plantation. A partir da metade do século XIX, esse sistema acaba entrando em crise.

A luta contra escravidão não conseguiu distribuir a terra. De acordo com GÖRGEN (2004, p.17) as elites criaram em 1850 a Lei de Terras que dizia, em resumo, o seguinte: quem já tinha terra doada pela Coroa podia legalizá-la tornando-se seu proprietário, quem não tinha, daí para diante, só poderia ter se comprasse. No caso só quem tinha direito naquele momento era o latifundiário.

Assim, começa ao redor das fazendas de monocultura, a produção dos pequenos agricultores intensificado com os imigrantes, uma produção voltada para a subsistência, o abastecimento do comércio, com uma perspectiva agroecológica, pois não usava veneno, havia um cuidado com o solo, rotação de cultura, descanso da terra para a recuperação da fertilidade,

mão de obra familiar, as tecnologias usadas eram simples e os valores com a família e o trabalho eram de cuidado e preservação com a mãe terra. (GÖRGEN,2004, p. 21)

Nos anos 1930 ocorreu uma mudança nas estruturas social e econômica no Brasil, liderada pelo então Presidente Getúlio Vargas. O mercado interno e as indústrias tiveram um grande estímulo, o que refletiu no aumento do consumo da população. Logo a produção agrícola também aumentou, sendo voltada para o abastecimento do mercado interno. Neste sentido, GÖRGEN (2004), define que a agricultura camponesa passa a cumprir outros papéis, entre eles produzir.

[...] os alimentos básicos para o mercado interno, para alimentar a crescente população urbana; liberar mão de obra para indústria através de gerações de um excedente populacional no campo; ocupar mais e mais vazios geográficos incorporando terras públicas à produção agrícola nacional (GÖRGEN, 2004, p. 22).

Partindo deste pressuposto, a agricultura passa a ser comandada pelos grandes proprietários que sempre tiveram a força e deram as cartas na política agrícola brasileira.

Em meados de 1950 ocorre a introdução da Revolução Verde que teve como consequência a implantação de um novo modelo tecnológico de produção agrícola e pecuária, voltada para o lucro de uma minoria. Os pequenos agricultores se viram obrigados a adotar este modelo tecnológico, pois nesta época só poderiam receber os créditos rurais aqueles que produzissem monocultura, enfatizando o uso dos adubos e agrotóxicos que eram vendidos pelas multinacionais. Os que não entrassem neste sistema eram considerados atrasados. Segundo GÖRGEN (2004), as formas e estratégias da Revolução Verde para fazer com que os agricultores adotassem este pacote tecnológico e dominassem a suas consciências se deram das seguintes formas:

- Estruturando a pesquisa agropecuária pública onde se testavam os novos inventos e novos produtos da indústria multinacional;
- Através da assistência técnica patrocinada pelos governos a serviços das grandes empresas de máquinas, produtos químicos e sementes, que “ensinavam” aos agricultores as novas técnicas;
- Através do crédito rural, pois só tinha crédito para plantar os produtos da monocultura (soja, trigo, etc.), para comprar máquinas e ainda eram obrigados a comprar máquinas e o pacote todo (adubos e venenos) mesmo que não precisassem;
- Através da formação de agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais, técnicos agrícolas e extensionistas com as universidades e escolas agrícolas ensinando só o pacote da revolução verde;
- Criação de cooperativas empresariais, com apoio e dinheiro dos governos para reunir os agricultores e levar o pacote da Revolução Verde -

monocultura, sementes, fertilizantes químicos e venenos - até os agricultores. (GÖRGEN, 2004, p.27).

Assim, a Revolução Verde foi cada vez mais se afirmando e reafirmando a suas tecnologias a todo custo, não dando importância alguma ao meio ambiente. Com isso, foram surgindo pragas que eram resistentes aos venenos existentes, ocorrendo a necessidade de pesquisas para a elaboração de novos venenos.

Para este modelo o que interessava era o lucro e a exploração da terra do trabalhador, favorecendo as multinacionais e empresas nacionais, aumentando assim, os seus lucros. Mas, no final dos anos 1970 e início do ano de 1980, esse modelo tecnológico começou a mostrar sinais de crise, agravado com a crise mundial que também afetou a economia do Brasil. As demais crises contribuíram para que se iniciassem os questionamentos sobre esse modelo de desenvolvimento que começava a apresentar problemas ambientais e sociais.

O modelo tecnológico entra em crise, e pelo menos no Brasil, os custos sociais das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produtividade aumentara, mas não no ritmo esperado. A Agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção per capita de alimento básico é menor que o início da modernização. O número de posto de trabalho no campo, aparentemente aumentou, mas grande parte dele é de natureza instável e mal remunerada. O campo se industrializou se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto, o êxodo rural se multiplicou, levando ao inchamento das cidades.” (LUZZI, 2007, p.13; apud MARTINE & BESKAN, 1987, p. 10)

Assim, começa uma discussão com a sociedade sobre as consequências ambientais deste modelo tecnológico que, conforme GÖRGEN (2004, p. 61), acarretou em grandes danos ecológicos como: a perda da biodiversidade, substituição de variedades locais adaptadas por híbridos comerciais, inadequação tecnológica aos pequenos produtores, causando a contaminação por agrotóxicos solos e na população. Para combater esse modelo tecnológico começou-se a pensar em alternativas que viessem a contribuir com uma agricultura mais saudável e com o equilíbrio do meio ambiente, tendo como sujeito principal o camponês.

Na agricultura camponesa o trabalho é familiar e não se define só pela forma de trabalho, mas também pela preservação da natureza, como por exemplo, a utilização de biofertilizantes, da adubação verde, do composto orgânico, do supermagro⁷. Assim, resgatar as práticas alternativas de se fazer agricultura a partir da agroecologia é uma forma de buscar maior autonomia para os camponeses, de valorizar o conhecimento camponês. Por isso a

⁷ É um biofertilizante foliar, isto é, um adubo para pulverizar nas plantas. Ele serve para adubar e melhorar a saúde das plantas, melhorando o crescimento e a produção das lavouras.

agroecologia tem sido vista como uma ferramenta importante para a agricultura camponesa. Segundo Guterres (2006, p. 24),

Um dos maiores roubos que a agricultura das multinacionais fez com os camponeses foi roubar-lhes séculos de conhecimentos que foram transmitidos de pai para filho, durante várias gerações, em especial através da fala (tradição oral) e da experiência (aprendizado da prática e do ensino). Boa parte deste conhecimento não foi registrado, não foi escrito. Muito conhecimento, muita sabedoria camponesa popular se perdeu para sempre. É preciso reconquistar esse patrimônio perdido e buscar novos conhecimentos possíveis graças a sempre novos avanços do conhecimento humano, com base nos princípios agroecológicos de produção.

A agricultura camponesa tem como uma de suas características principais a diversidade da cultura, pensando sempre na natureza. Sua existência se firma e reafirma na resistência e na luta permanente, tendo como aliada a agroecologia, que será trabalhada a partir dos teóricos no item a seguir.

2.1. A AGROECOLOGIA SEGUNDO OS TEÓRICOS

De acordo com ALTIERI, a agroecologia surge na década de 1970 como campo de produção científica, como ciência multidisciplinar, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. Segundo o autor, a

[...] agroecologia possui raízes filosóficas diferentes da ciência agrícola convencional. A agroecologia leva em conta todo o sistema Agroecológico como o social, no qual trabalham os agricultores, dá relativamente pouca ênfase às pesquisas realizadas nos centros experimentais e nos laboratórios, dando mais ênfase aos experimentos das propriedades, além de ser mais aberta à participação dos agricultores no processo de pesquisa (ALTIERI, 1998, p. 53).

Na perspectiva agroecológica se faz necessário termos uma agricultura sustentável, uma agricultura que respeite o meio ambiente, o solo, etc. O autor considera que

[...] a estratégia chave da agricultura sustentável é a restauração da diversidade na paisagem agrícola. A diversidade pode ser aumentada com o tempo, mediante o uso de rotação de culturas ou cultivos seqüenciais e no espaço, através do uso de culturas de cobertura, cultivos intercalados, sistemas agroflorestais e sistemas integrados de produção vegetal e animal. A diversificação tem como resultado tanto o controle das pragas, e da restauração dos agentes naturais, como também a utilização da reciclagem de

nutrientes, maior conservação do solo, da energia e menor dependência de insumos externos (ALTIERI, 1998, p.151)

A estratégia é trabalhar com uma agricultura onde a mesma crie seus nutrientes para a fertilidades do solo, a produtividade e a proteção. Por isso o autor considera que a

[...] produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e diversidades (ALTIERI,1998, pg. 23).

O autor apresenta algumas técnicas e modelos para o agroecossistema sustentável, como podemos ver no quadro 1.

A busca por um agroecossistema sustentável faz com que cada vez mais o agricultor consiga ter o domínio e a independência do meio onde ele está inserido. Dominando as técnicas de manejo sustentável ele pode produzir os nutrientes necessários para ter um solo mais fértil e, desta maneira, não precisar de insumos químicos que degradam o meio ambiente e o solo. Segundo ALTIERI (1998, p. 65), a

[...] busca de sistemas agrícolas autosustentáveis, como baixo uso de insumos externos, diversificados e eficientes em termos energéticos, é a maior preocupação dos pesquisadores, agricultores e formuladores de políticas em todo o mundo. A agricultura sustentável geralmente refere-se a um modo de fazer agricultura que busca assegurar produtividade sustentada ao longo prazo, através do uso de práticas de manejo ecologicamente seguras. Isso requer que a agricultura seja vista como um ecossistema (daí o termo agroecossistema) e que as práticas agrícolas e a pesquisa não se preocupem com altos níveis de produtividade de uma mercadoria em particular, mas, sim, com a otimização do sistema como um todo. Isso requer, também, que se leve em conta, não apenas a produção econômica, mas o problema vital da estabilidade e sustentabilidade ecológicas.

Para o autor, os princípios básicos de um agroecossistema sustentável são a conservação dos recursos renováveis, a adaptação dos cultivos ao ambiente e a manutenção de um nível moderado, porém sustentável, de produtividade. Nesse sentido, a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Segundo ALTIERI (1998, p.24) *ela valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização dos conhecimentos e a sua aplicação aos objetivos da sustentabilidade.*

Quadro 1: Elementos técnicos básicos de uma estratégia agroecológica

I. Conservação e Regeneração dos Recursos Naturais

- a. Solo (controle da erosão, fertilidade e saúde das plantas)
- b. Água (captação/coleta, conservação in situ, manejo e irrigação)
- c. Germoplasma(espécie nativas de plantas e animais, espécies locais, germoplasma adaptado)
- d. Fauna e flora benéficas (inimigos naturais, polinizadores, vegetação de múltiplo uso)

II. Manejo dos Recursos Produtivos

a. Diversificação :

- temporal (isto é, rotações, seqüências)
- espacial (policultivos agroflorestas, sistemas mistos de plantio/criação de animais)
- genética(multilinhas)
- regional (isto é zoneamento, bacias hidrográficas)

b. Reciclagem dos nutrientes e matéria orgânicas:

- biomassa de plantas(adubo verde, resíduos das colheitas , fixação de nitrogênios)
- biomassa animal (esterco, urina, etc.)
- reutilização de nutrientes e recursos internos e externos a propriedade

c. Regulação biótica (proteção de cultivos e saúde animal):

- controle biológico natural (aumento dos agentes de controle natural)
- controle biológico artificial(importação e aumento de inimigos naturais, inseticidas botânicos, produtos veterinários alternativos, etc.)

III. Implementação de Elementos Técnicos

- a. definições técnicas de geração, conservação e manejo de recursos adequados as necessidades locais e ao contexto agroecológico e socioeconômico .
- b. O nível de implementação pode ser o da microrregião, bacia hidrográfica, unidade produtiva ou sistema de cultivo.
- c. A implementação é orientada por uma concepção holística (integrada) e, portanto, não sobrevaloriza elementos isolados.
- d. A estratégia deve estar de acordo com a racionalidade camponesa, incorporando elementos do manejo tradicional de recursos.

Fonte: Altieri, 1998, p. 25.

A agroecologia passou a se afirmar como disciplina científica principalmente a partir dos pesquisadores Altieri e Gliessman. Estes autores definem a agroecologia como uma das formas de desenvolvimento capaz de criar um novo conceito de agricultura sustentável, já que os estudos agroecológicos davam conta de algo que a agronomia convencional não valorizava: a integração dos diferentes campos do conhecimento agrônomo, ecológico e sócio econômico.

Nesse sentido, a agroecologia carrega em seu interior, além da preocupação com o equilíbrio de agroecossistemas, a responsabilidade de tentar servir de alternativa para a busca de um novo caminho de desenvolvimento sócio econômico, principalmente para os países em

desenvolvimento. Difere da agricultura orgânica, biológica, natural ou da biodinâmica, que visam basicamente produzir alimentos mais saudáveis a custos menores. A agroecologia tem consigo uma preocupação maior e mais centrada nas questões sociais.

Segundo Eduardo Sevilla Guzmán (2006, p. 202), outro importante teórico da agroecologia, a agroecologia constitui o campo dos conhecimentos que promovem o

[...] manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e deste modo, restaurar o curso alterado da co-evolução social ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relações das sociedades rurais, articulados em torno à dimensão local, onde encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sócio-cultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno, para estabelecer dinâmicas de transformação em direção às sociedades sustentáveis.

Para CAPORAL E COSTABEBER (2000, p. 148), a agroecologia não é num todo uma oposição ao pacote tecnológico da Revolução Verde, nem mesmo podemos entendê-la erroneamente como um modelo que constitui tecnologias agrícolas ou ecológicas para essa posição. Segundo os autores, não

[...] podemos confundir a agroecologia com um modelo de agricultura que adota determinadas práticas ou tecnologias agrícolas, e, muito menos, como oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da revolução verde, ou seja, agroecologia constitui o campo do conhecimentos que promove o “manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis”. CAPORAL E COSTABEBER (2000, p. 148)

Segundo alguns autores como ALTIERI, CAPORAL e COSTABEBER, a idéia de transição na agroecologia é entendida como um processo gradual e multilinear de mudanças que ocorrem através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas. Sempre tratando-se de um processo social, pois depende sempre da intervenção humana.

A agroecologia, assim, deve ser entendida como o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos humanos e ambientais. Enfoca a forma, a dinâmica e as funções do conjunto das inter-relações e processos nos quais estes elementos estão envolvidos, constituindo, assim, uma grande teia.

GLIESSMAN, em sua obra, trabalha os seguintes princípios da agroecologia:

- a- Baixa dependência de inputs comerciais;
- b- Uso de recursos renováveis localmente acessíveis;
- c- Utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local;
- d- Aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes das dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente;
- e- Manutenção a longo prazo da capacidade produtiva;
- f- Preservação da diversidade biológica e cultural;
- g- Utilização do conhecimento e da cultura da população local;
- h- Produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN, 2001, p. 25)

Em sua elaboração conceitual o autor faz uma boa contextualização dos princípios agroecológicos, trazendo novos elementos como a utilização dos conhecimentos a partir do uso da agroecologia pela população que está diretamente ou não relacionada a ela. Assim, observamos as diferenças e semelhanças dos autores sobre a agroecologia. Deste modo, faz-se necessário diferenciar a produção orgânica da produção agroecológica, uma vez que elas têm sido usadas como sinônimos em alguns casos, muito embora possuam práticas e concepções bastante distintas.

2.2. DIFERENÇA ENTRE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Foi na Inglaterra, nos anos de 1925 a 1930, que surgiu a corrente da agricultura orgânica que mais tarde se disseminou pelos Estados Unidos. Teve como idealizador o inglês Albert Howard e o americano Jerome Irving Rodele. Fundamenta-se no uso de composto orgânico, aproveitando os resíduos internos da fazenda. Howard inventou o processo “*indoor*” de compostagem, que aprendeu com agricultores indianos. A esse respeito, ALTIERI fala que a agricultura orgânica

[...] é um sistema que sustenta a produção agrícola evitando ou excluindo em grande parte o uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos. Sempre que possível, recursos externos, tais como os químicos e combustíveis adquiridos por via comercial, são substituídos por recursos encontrados na unidade de produção agrícola ou próximo a ela. Esses recursos internos incluem energia solar ou eólica, controles biológicos de pragas, nitrogênios fixados biologicamente, e outros nutrientes liberados da matéria orgânica ou das reservas do solo. As opções específicas nas quais a agricultura orgânica encontra-se baseada, tanto quanto possível, incluem rotações de cultura, resíduos de lavouras, esterco animal, uso de leguminosas e adubos verdes, resíduos de esterco animal, resíduos externos à unidade produtiva, cultivos mecânicos e rochas moídas que contenham minerais. (ALTIERI,1998, p 74)

Toda essa prática leva ao aumento da matéria prima junto ao solo, deixando-o mais fértil, eliminando a contaminação de agrotóxicos e pragas. Alguns estudos feitos comparando os sistemas convencionais e orgânicos de agricultura concluíram o quanto segue:

A) Que em condições de desenvolvimento altamente favoráveis, as produtividades da agricultura convencional foram muito maiores do que as da agricultura orgânica. Entretanto, em condições mais áridas, os agricultores orgânicos tiveram um desempenho tão bom ou melhor do que seus vizinhos convencionais. Depois do terceiro ou quarto ano após as rotações de cultura terem sido estabelecidas, o rendimento da agricultura orgânica começou a aumentar, aproximando-se dos índices obtidos com os métodos convencionais.

B) a agricultura convencional consumiu muito mais energia do que a orgânica, sobretudo em razão do maior uso de petroquímicos. Além disso, o sistema orgânico apresentou uma eficiência energética muito maior do que o convencional.

C) O sistemas orgânicos de agricultura bem manejados, quase sempre, usam menos agrotóxicos, fertilizantes e antibióticos químicos sintéticos por unidades de produção do que os sistemas convencionais. O uso reduzido desses insumos diminui os custos de produção e diminui a sustentabilidade agrícola para os efeitos ambientais e de saúde adversos, sem necessariamente diminuir a produção por acre⁸.

d) a incorporação de vários plantios em sistemas agrícolas orgânicos permite que os mesmos ganhem estabilidade, e se houver animais e árvores integrados ao sistema, isso será útil para o seu equilíbrio. (ALTIERI,1998,p.74)

A Agroecologia, por sua vez, não é apenas a aplicação de um conjunto de técnicas menos agressivas ao meio ambiente, nem apenas a produção de alimentos mais limpos ou livres de agrotóxicos. A Agroecologia é um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis. Segundo GLIESSMAN (2001, p. 438) a

⁸ 1 ACRE vale 4064 m².

[...] agroecologia enfatiza a necessidade de estudar tanto as partes quanto o todo. Embora o conceito de que o todo é maior do que a soma de suas partes seja amplamente reconhecido, ele foi ignorado por um longo tempo pela agronomia e tecnologia modernas, que enfatizam o estudo detalhado da planta cultivada ou do animal individualmente, como forma de tratar com as questões complexas da produção primária e sua viabilidade. Aprendemos muitos detalhes a partir da especialização e de um foco estreito sobre o rendimento dos componentes cultivados dos sistemas agrícolas, mas é preciso, também, desenvolver formas de compreensão de toda a unidade produtiva agrícola (e todo o sistema agrícola-alimentar) para entendermos plenamente a sustentabilidade agrícola e implementarmos práticas sustentáveis de manejo.

É por estas e outras razões que o nosso trabalho se torna mais desafiante e muito mais gratificante, pois vai além, propondo e atuando num processo de transição agroecológica que exige a realização de ações capazes de incidir de forma harmônica sobre várias dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, cultural, política e ética.

2.3. MST E A AGROECOLOGIA

No sentido de fazer uma tentativa de resgatar a história do MST com a agroecologia, busca-se nesta parte do trabalho trazer os debates e discussões que se tiveram ao longo do tempo no interior do movimento sobre o tema.

Como parte integrante da sociedade e da correlação de forças brasileira, o MST e a Agroecologia no Brasil possuem “berços” muito próximos e estão profundamente atrelados na crítica aos atuais modelos agroindustrial e agroexportador, às injustiças sociais e ambientais por eles promovidas e na defesa da vida e da promoção da sustentabilidade com justiça e equidade social. Poderemos perceber que o MST, mesmo tendo trilhado caminhos diferentes em relação à agroecologia, em determinado momento da história dela se aproximou.

O debate e a construção da Agroecologia no MST fazem parte de um intenso processo, sendo difícil datar os eventos que o determinaram. Esse processo teve diferentes fases, constituindo-se nas diversidades, nas contradições e conquistas de um movimento social que luta por Reforma Agrária e mudança no modelo agrícola.

O movimento optou no início em adotar o modelo tecnológico da Revolução Verde, que culminou em vários problemas financeiros, como por exemplo, os endividamentos das famílias assentadas, pois se precisava produzir em largas escalas. Este fato foi agravado pela precária situação de segurança alimentar e desagregação social cada vez maior por parte das

famílias. O resultado foi que maioria das famílias que havia acessado os créditos estavam impossibilitadas de acessar novos recursos e de reorganizarem-se nos assentamentos.

Foi então que o movimento percebeu que este modelo agrícola industrial é altamente impróprio para os assentamentos, pois se fazia necessário discutir e elaborar estratégias de desenvolvimento que permitissem fortalecer e acumular forças dentro dos projetos políticos do Movimento que estivessem em sintonia e coerência com o projeto popular para o campo. Assim, começou dentro dos assentamentos um refluxo quanto à dinamização econômica e organizativa social, pois com a passagem do efeito do crédito, restaram as dívidas e a impossibilidade de, em curto prazo, estabelecer uma situação de autonomia para as famílias camponesas.

Foi nesta época que o Movimento, diante da já mencionada necessidade de buscar e encontrar alternativas ao modelo agroindustrial e de desenvolver processos produtivos de baixo custo capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, começou a dar ênfase ao debate sobre a agroecologia. Um dos primeiros passos para avançar nas discussões sobre agroecologia dentro do MST foi a criação de Centros de Formação nos assentamentos. Estes centros tiveram inicialmente a proposição de espaços de formação política e, gradativamente, da formação agrícola em base agroecológica.

No ano de 1996 o MST nacional realizou uma reunião de planejamento onde sua direção debateu a temática dos assentamentos e a perspectiva agroecológica. Desta discussão surgiram duas iniciativas centrais para se trabalhar aspectos da agroecologia. Uma delas foi a campanha “Plantando Seremos Milhões”, que buscava incentivar as famílias a plantarem árvores nos assentamentos como simbologia de enraizamento na terra, a transformação da paisagem do antigo latifúndio e a identificação das famílias com os recursos naturais e o meio ambiente. A outra foi a campanha para o embelezamento dos assentamentos com jardins, pomares, escolas, centros de formações, com o intuito de aumentar a auto-estima das famílias.

Diante desta conjuntura e da necessidade de se aproximar da sociedade e de despertar a consciência da necessidade da luta pela Reforma Agrária, o MST realizou grandes feiras, em diversas capitais dos estados brasileiros, promovendo além da oferta e comercialização dos produtos, um amplo debate e divulgação da reforma agrária, que acabaram por mostrar a grande diversidade de produção nos assentamentos rurais. Foi também neste ano que começaram as primeiras experiências agroecológicas do MST, caracterizadas pela produção de hortaliças sem agrotóxicos e adubos sintéticos e pela participação dos assentados em feiras ecológicas, principalmente nos estados do sul do Brasil.

No final do ano de 1996, através de muitas lutas dos movimentos sociais, o Governo Federal lançou um programa de assistência técnica, o LUMIAR, que permitiu a contratação de profissionais técnicos para atuarem nas áreas dos assentamentos, sendo esta contratação por um prazo médio em torno de 3 anos. O Movimento conseguiu interferir neste programa contratando técnicos comprometidos com a Reforma Agrária e desafiando os mesmos a contribuírem com o enfoque agroecológico nos assentamentos.

Com a chegada dos técnicos começou então um processo de formação intenso, tendo início vários debates internos sobre a agroecologia no interior dos assentamentos. Foi necessário fazer nos assentamentos diagnósticos sócio-econômicos e ambientais e, a partir desta pesquisa, começaram grandes debates com as famílias assentadas e as Direções Regionais do MST, sobre as estratégias de desenvolvimentos dos assentamentos.

Foi neste período que o MST começou a priorizar o debate e orientação política sobre a necessidade das famílias organizarem suas produções voltadas para, primeiramente, garantir a segurança e soberania alimentar e, a partir dos excedentes, pensarem nas estratégias do mercado. Com a forte crise financeira e poucas perspectivas econômicas, o MST se voltou para os assentamentos entendendo-os como espaços de resistência e superação do modelo capitalista de produção. Como frutos deste processo, no período de 1996 à 2000 começaram a surgir dezenas de iniciativas com modelos diferentes de produções agroecológicas no MST, em diversos assentamentos do Brasil. As maiorias dessas experiências se caracterizaram pela substituição de insumos, com processos pontuais.

Estas experiências surgiram de diversas formas, com algumas famílias pioneiras e/ou com pequenos grupos de cooperação. As propostas e experiências buscaram trabalhar com pequenos grupos de famílias, surgindo assim as experiências como a do arroz ecológico na Região da Grande Porto Alegre-RS, a soja orgânica na região norte do Rio Grande do Sul, as sementes ecológicas de hortaliças e de pêssegos ecológicos na Região Sul do Rio Grande do Sul, da erva mate e chá mate ecológico no Paraná, do café orgânico no Espírito Santo, entre outras.

A partir do sucesso e ampliação dessas experiências o Movimento sentiu a necessidade de criar uma empresa de sementes ecológicas no Rio Grande do Sul, principalmente de hortaliças, já que este é um sistema importantíssimo. Assim, começaram grandes discussões com as famílias, dirigentes da cooperativa e lideranças do MST. Decidiram, após amplo debate, constituir um processo autônomo de produção e industrialização das sementes que deveria se dar com o enfoque agroecológico. O MST

conseguiu organizar a BIONATUR, a marca das sementes de hortaliças produzidas pelas famílias assentadas. Nesse período essa produção se deu de forma a substituir insumos, promovendo uma agricultura agroecológica e utilizando insumos externos.

A BIONATUR foi constituída oficialmente em 1997, na cidade de Bagé no assentamento Roça Nova no estado do Rio Grande do Sul. Houve então a necessidade de criar uma cooperativa para se buscar recursos para auto-sustentação e geração de renda, surgindo assim a COPERAL - Cooperativa Regional dos Assentados e, com ela, a primeira experiência de se cultivar sementes de hortaliças.

A partir deste momento começa dentro do assentamento a discussão com as famílias sobre as forma de produzir, tentando trazer o maior numero de famílias assentadas para a produção de sementes. A BIONATUR teve um grande avanço, conseguindo trazer 300 famílias para a produção agroecológica, alcançando a produção de mais de 20 toneladas anuais de sementes de hortaliças distribuídas em 120 variedades (Cf. relatório feito pela COPTEC em 2008). Hoje existem muitas experiências de produções agroecológicas espalhadas por todo o território nacional. No capítulo seguinte trabalharemos a experiência da agroecologia no município de Nova Santa Rita – RS, a partir do estudo de caso no assentamento Itapuí/Meridional.

CAPÍTULO 3 - MST E A AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO PA ITAPUÍ/MERIDIONAL -RS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social com 25 anos de luta e resistência, presente em 23 estados brasileiros, atuando em prol da Reforma Agrária. Na estrutura organizativa do movimento temos diferentes setores como a educação, saúde, formação, frente de massa, direitos humanos, finanças, comunicação e a produção. No campo do setor de produção estão as Cooperativas Centrais Estaduais, que têm a função de organizar as cooperativas dos assentamentos, as associações, os grupos coletivos, bem como todas as famílias assentadas.

A produção nos assentamentos sempre foi uma grande demanda, devido aos poucos recursos para investimentos nestas áreas. A produção agrícola tem que se reorganizar, ser voltada para um programa de distribuição de renda destinada aos camponeses cooperados para a produção de alimentos de modo que, assim, seja possível conciliar o sustento de suas famílias com a venda para o comércio.

Com esse intuito ocorre a necessidade de busca de novas alternativas para que o camponês não fique submisso ao mercado, para que ele tenha autonomia para a comercialização do seu produto, tentando assim, criar algum modelo que faça frente ao capital. Neste sentido, GÖRGEN (2004, p. 49) argumenta que é necessário “construir um novo modelo onde a economia e a tecnologia estejam voltadas ao atendimento das necessidades da população e não do capital”.

O MST também tem esse objetivo de construir um novo modelo de produção, com os princípios agroecológicos e, para difundir e implementar esses princípios nos assentamentos, conta com a ajuda da equipe técnica da COPETC - Cooperativa Prestação de Assistência Técnica Ltda - que tem como um de seus objetivos básicos o incentivo à produção de alimentos agroecológicos nos assentamentos através da organização das famílias com independência e soberania, tornando-as protagonistas deste processo.

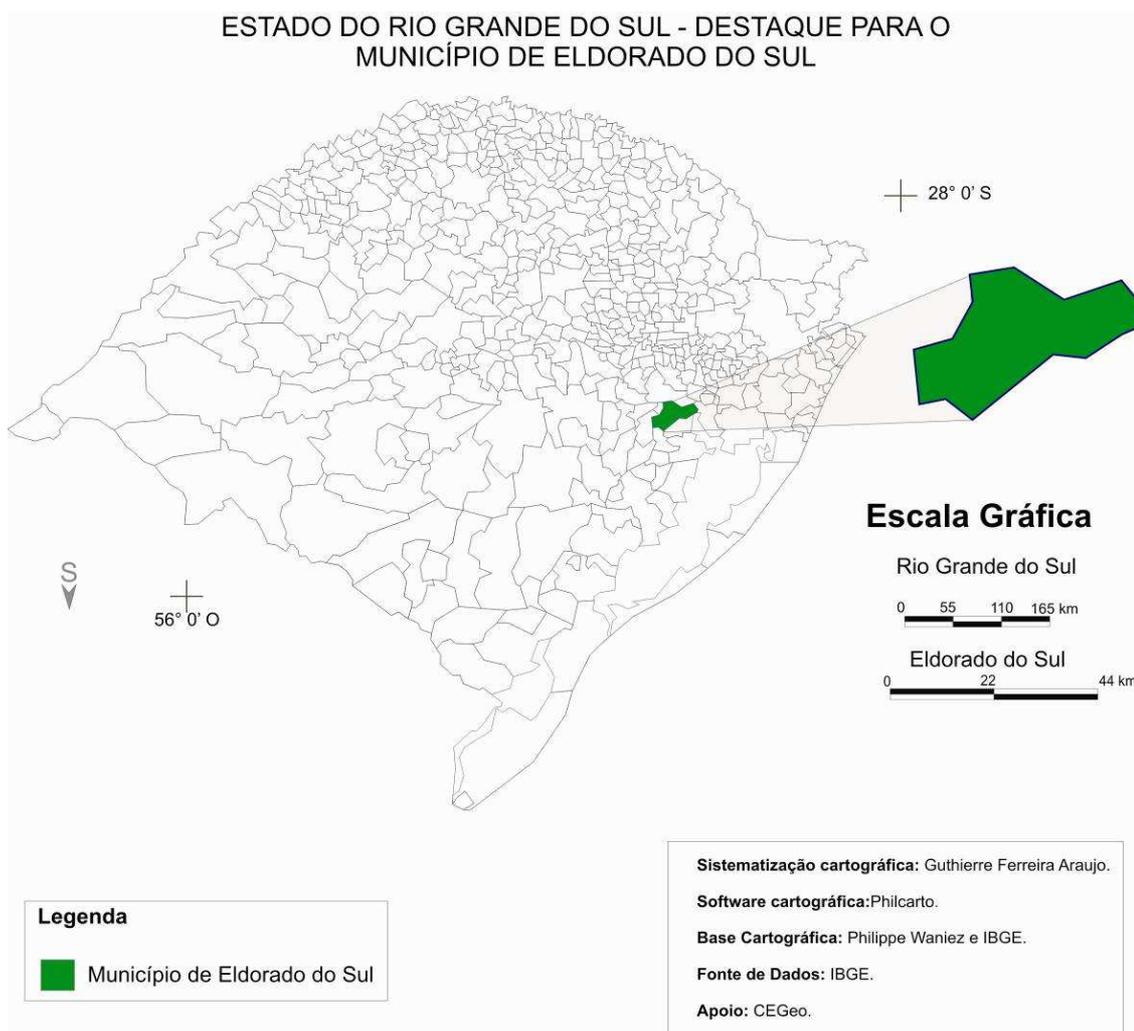
A questão da soberania é pensada pela COPTEC, que para tal busca subsidio em GUTERRES (2006, p. 23) que considera que a

[...] soberania alimentar do camponês começa em casa. Produzir sua própria alimentação variada e de forma estável, com qualidade e sem agrotóxicos, contribui para aumentar significativamente as áreas descontaminadas de venenos químicos, bem como aumenta a capacidade de autonomia dos pequenos agricultores. (GUTERRES, 2006, p. 23)

A busca pela viabilidade econômica nos assentamentos da Região de Porto Alegre se deu inicialmente pela produção agroecológica de hortigranjeiros, principalmente devido ao seu grande mercado consumidor, com a comercialização sendo realizada de forma direta ou por meio de feiras, com a possibilidade de se gerar renda para as famílias assentadas em menor tempo. Além disso, constituiu-se numa atividade que se complementava com a produção de leite, através do uso de esterco para a adubação.

A produção de hortaliças agroecológicas nos Assentamentos de Reforma Agrária na Região da Grande Porto Alegre-RS iniciou-se como experiência em pequenas áreas no final da década 1990, basicamente nos Assentamentos Capela e PA Itapuí/Meridional, ambos em Nova Santa Rita, e também no assentamento PE Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul (ver mapa 3) localizado a 69,1 km de Nova Santa Rita.

Mapa 3 - Localização do Município Eldorado do Sul



A organização não governamental Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA - incentivava os assentados a produzirem alimentos orgânicos, através da realização de oficinas e cursos. A assistência técnica local realizada pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTec também foi um grande impulsionador para a mudança da agricultura convencional para a agricultura agroecológica no assentamento, através do incentivo e apoio do técnico que atuava no ano de 1990.

Na época estava começando a funcionar a ONG Coolméia⁹ que aderiu aos princípios agroecológicos e, em parceria com o MST, começou a organizar as primeiras feiras de produtos orgânicos da Reforma Agrária em Porto Alegre. Os camponeses que produziam culturas agroecológicas as entregavam diretamente para essa ONG em Porto Alegre, sem a figura do atravessador¹⁰ e após a venda dos produtos, os camponeses recebiam cada um a sua parte.

Com o passar dos anos, a produção foi se expandindo e o local da venda desses produtos agroecológicos passou a não comportar mais a oferta, sendo necessário pensar em novos lugares para a comercialização. Foi assim que, com o apoio da Prefeitura de Porto Alegre e do Governo Estadual, duas novas feiras foram criadas: em 1995, foi criada a feira localizada na Secretaria da Agricultura, realizada em um galpão e, em 2008, a feira que funciona no Instituto de Colonização da Reforma Agrária – INCRA, na parte da frente do Instituto. As duas novas feiras foram criadas seguindo os mesmos princípios agroecológicos. Muitos dos camponeses estavam com dificuldades financeiras e outros já tinham a intenção de produzir alimentos orgânicos e essas feiras foram um modo deles organizarem os seus lotes, tendo um melhor aproveitamento, contribuindo assim com a sua renda familiar.

No assentamento PA Itapuí/Meridional, apenas três famílias aderiram à produção agroecológica, no início da discussão em 1994. Logo no começo elas tiveram muitas dificuldades com relação às técnicas utilizadas, mas depois foram aprendendo a utilizá-las. Dois anos depois, mais três famílias aderiram à produção e atualmente são seis famílias trabalhando com hortas agroecológicas, de um total de 68 famílias assentadas. Ao longo do caminho, outras famílias também se incorporaram a esse tipo de produção, porém foram desistindo por questões pessoais ou por não acreditarem na agroecologia. De acordo com o

⁹ Grupo que ajuda os movimentos sociais atuantes no Rio Grande do Sul, principalmente o MST, e algumas outras instituições, nas questões de meio ambiente, na questão agrária, em políticas públicas, na saúde dos sujeitos envolvidos por ela, na alfabetização e na formação profissional e em questões de culturais. Esse grupo se localiza em Porto Alegre-RS, no bairro no Menino Deus.

¹⁰ Que historicamente fazia essa intermediação do produtor com o consumidor final, trazendo desvantagens ao produtor.

agricultor Olair, a saída se deu “*porque algumas famílias não acreditam na diversificação da propriedade*”.

As famílias que atualmente produzem culturas na forma agroecológica possuem uma produção mais diversificada em seus lotes, como por exemplo o cultivo de alface, abóbora, rabanete etc. Assim, vê-se que o projeto agroecológico no assentamento é de extrema importância para as famílias, porque estão produzindo alimentos mais saudáveis para suas famílias e para o consumidor final e não prejudicando o meio ambiente.

3.1 – O FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS .

Como já mencionado, com a expansão da feira da Coolméia, foram buscados novos espaços para as feiras, o que acabou desencadeando o surgimento das feiras do INCRA e da Secretaria da Agricultura¹¹ organizadas com o apoio de entidades de agricultores, Governos Estaduais e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O funcionamento das três feiras se dá ao longo da semana, como podemos observar no quadro 2

Quadro 2: Funcionamento das férias

	segunda	terça	quarta	quinta	sexta	sábado
Colméia	X	X	X	X	X	X
Secretaria da Agricultura			X			X
INCRA			X			

Organização: Andriara Lima de Oliveira

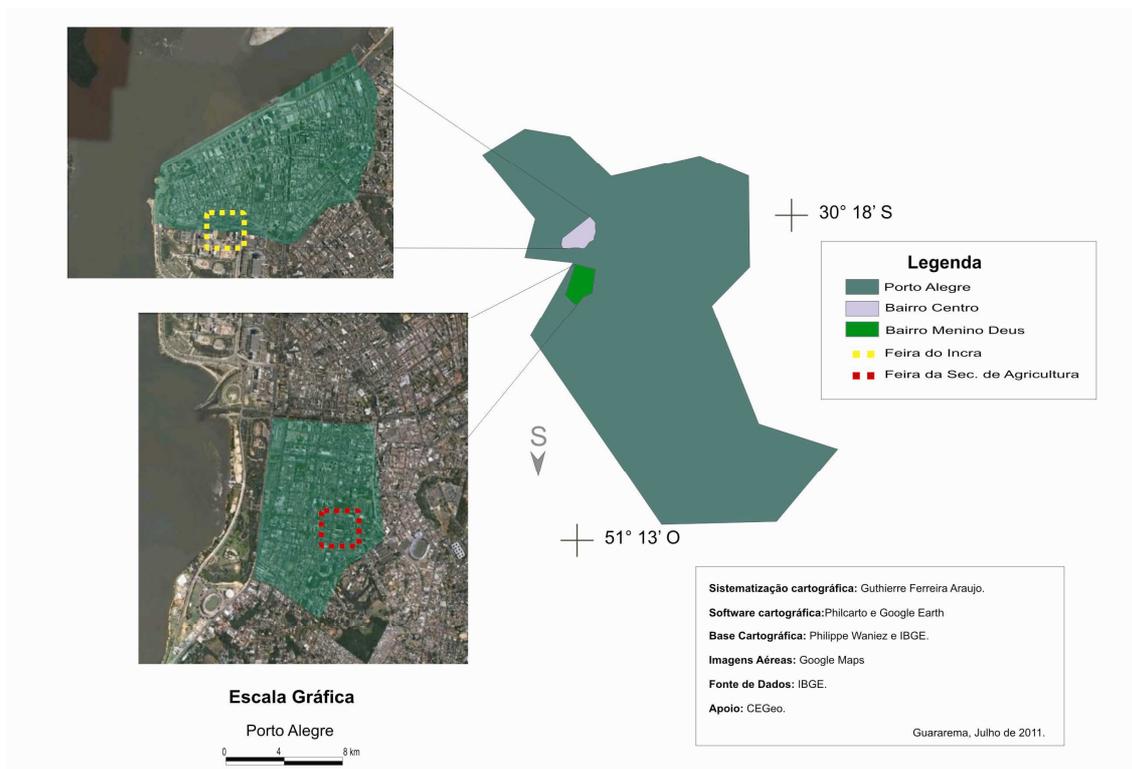
O mapa 4 mostra a localização das Feiras da Secretaria da Agricultura e a do INCRA. Devido a dificuldades de acesso aos dados não foi possível localizar a feira da Coolméia.

Os coordenadores da feira da Secretaria da Agricultura são os próprios produtores. Um produtor é eleito pelos feirantes, para representar a associação por eles organizada. Nesta feira temos a participação de dois assentamentos que são o Assentamento Integração Gaúcha, localizado no município de Eldorado do Sul e o Assentamento Itapuí/Meridional, localizado no Município de Nova Santa Rita. Também participam da feira pequenos agricultores

¹¹ Local alugado sendo as despesas divididas entre os feirantes.

independentes dos municípios de Ipê, Viamão, Porto Alegre, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul e Nova Hartz.

Mapa 4 - Localização das Feiras Agroecológicas do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre



Há também a participação de pessoas das áreas urbanas de Porto Alegre que produzem mercadorias como pão de queijo, pizza, salgados em geral, tudo a partir de produtos agroecológicos. No total a feira conta com 30 feirantes e seu horário de funcionamento é das 6:30h às 13:00h.

Os agricultores têm uma grande variedade de produtos que são levados na feira. A tabela 2 abaixo indica a variedade de produtos e os preços comercializados.

Tabela 2: Produtos comercializados na feira em Porto Alegre da Secretaria da agricultura ¹² .

Produto	Quantidades	Preço	Sobra de alimentos
Alface	4 cx	99,00	6 cx
Brocole	32 unidade	64	
Couve-flor	20 unid	40,00	
Couve- folha	34 molho	51,00	
Nabo	18 ml	22,50	
Cenoura	26 molho	52,00	
Beterraba	24 molho	48,00	3 molho
Tempero	28 ml	39,00	2 ml
Rucula	30 molho	45,00	
Berinjela	24 kg	108,00	
Pimentas	4 kg	18,00	
Pimentão	18 kg	81,00	
Limão	18 kg	27,00	
Tomate	36 pc	144,00	
Abacate	90 unid	90,00	
Moranga	20kg	30,00	
Abóbora	20 kg	30,00	
Agrião Ag	16	24,00	
Agrião S	23	34,00	
Total		1.046,50	

Fonte: Feira da Secretaria da Agricultura. Organização: Andriara Lima de Oliveira

Em seguida, algumas fotos (5 a 10) ilustram a infra-estrutura e os produtos da feira da Secretaria da Agricultura. Podemos observar que os alimentos são bem diversificados e sua estrutura física é propícia à realização da feira.

¹² A coleta dos dados foi realizada no dia 17 de novembro de 2010, no período matutino.

Foto 5: Produtos agroecológicos da feira da Secretaria da Agricultura



Fonte: Arquivos da Coptec 2010.

Nesta foto, observa-se a produção agroecológica de duas famílias do PA Assentamento Itapuí/Meridional. Os representantes dessas famílias são o Adir e o Claudir membros do MST.

Foto 6: Feira Agroecológica – Produtos comercializados oriundos do Assentamento PA Itapuí/Meridional em Porto Alegre.



Fonte, arquivos da Coptec.

Nesta foto o Cladir, vende cenoura, beterraba, abobrinha verde, abacate, pimentão berinjela, agrião, vagem, acelga etc.

Foto 7: Produtor do Assentamento PA Itapuí/Meridional comercializando o seu produto.



Fonte: Arquivos da Coptec, 2009.

Nesta foto o camponês Olair está vendendo seus produtos como acelga, laranja, rabanete, cebolinha, salsinha, couve, alface americano e feijão, todos produtos agroecológicos. Ele foi um dos pioneiros na produção agroecológica dentro do assentamento. Olair teceu algumas considerações acerca da produção agroecológica. Em suas palavras, “a questão agroecológica é bem complicada, se você não estiver com a mente bem preparada você não agüenta, pois quando vem insetos na lavoura e se passa o remédio é um processo lento, ele serve mais para atrapalhar do que matar. Entrar no processo agroecológico é a mesma coisa que projetar uma família, tem que entrar para dar certo”.

Assim, observa-se em sua fala as dificuldades da produção agroecológica, mas no final o ganho é incontável. Um fato interessante, que não é diferente nas outras bancas é a relação de confiança entre o produtor e o consumidor. Nota-se a fidelidade construída, como por exemplo, a venda de seu produto a uma consumidora, a dona Maria Rosa, há 7 anos.

Foto 8: Comercialização de produtos agroecológicos do Assentamento PE Integração Gaúcha



Foto: Andriara, 2011.

A foto expressa a produção de Mauro e Darci que são membros da mesma família. Eles comercializam sua produção somente aos sábados, tendo cinco tipos de produtos: alface, arroz, cebolinha, abóbora e berinjela, plantados em meio hectares de terra, tendo uma renda de R\$ 1.500 reais por semana. Na sua banca o produto de maior destaque é o alface. Segundo relatos dos mesmos, vendem em média 600 pés de alface por semana. De acordo com o agricultor Mauro “tudo o que se planta se vende”. Assim, todos os produtos que são cultivados na forma agroecológica são vendidos na feira.

Foto 9: Consumidores na feira I



Foto: Andriara, 2011.

Além de legumes, verduras e frutas há também mel agroecológico sendo comercializado na feira, como pode ser observado na foto acima. A relação produtor consumidor se dá na confiança: cada consumidor tem o seu feirante preferido para realizar suas compras. Por fim, vemos que a feira é um espaço muito importante de integração entre produtor e consumidor, sendo vantajoso para ambos.

Foto 10: Consumidores na feira II.



Foto: Andriara, 2011

As famílias assentadas da Reforma Agrária, principalmente as que produzem hortaliças de base agroecológica, buscam desenvolver suas atividades para seu sustento e para obtenção de renda através de diferentes estruturas organizativas de produção, como: Associação do Grupo do Eral, no Assentamento Itapuí/Meridional com 6 famílias cultivando uma área de 5 ha de hortaliças; Associação 15 de Abril de Charqueadas, com produção no Assentamento Trinta de Maio e venda dos produtos na cidade de Charqueadas, e como os produtores do Assentamento Integração Gaúcha, do Município de Eldorado Sul que não fazem parte de nenhuma associação mas cultivam várias espécies de hortaliças para venda da feira na Grande Porto Alegre na Secretaria da Agricultura, também de forma agroecológica..

Com o aumento do número de famílias assentadas participando das feiras ocorreu a necessidade de obter a certificação orgânica dos produtos, devido à exigência do mercado e da prefeitura (lei 10.631). Neste sentido, o MST começou a questionar essa exigência e passou a debatê-la, discutindo como seria essa proposta para a região e como ela poderia contribuir para os assentamentos. A partir desses debates no final do ano de 2008 surgiu um grupo de discussão comum, o Grupo Gestor das Hortas e Hortos Medicinais, criado e gerido pelas próprias famílias assentadas que participam das feiras.

O Grupo Gestor das Hortas é um programa que existe na Região de Porto Alegre¹³. Dele fazem parte os assentamentos da região de Porto Alegre que se organizam em três microrregiões definidas pelo MST como - Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Tapes -, com 1.062 famílias assentadas (DATALUTA, 2010). No que se refere à organização na Grande Região¹⁴ que aglutina os assentamentos PA Viamão, PE Zumbi dos Palmares e PA Renascer II, totalizando 484 famílias assentadas (DATALUTA, 2010). Mas somente participam do programa das hortas 29 famílias. Outro programa que existe no local é a produção de arroz ecológico, organizada pelo Grupo Gestor do Arroz. Esse programa começou a ser desenvolvido no ano de 1999 nos municípios de Nova Santa Rita, Tapes e Viamão.

Para fins dessa pesquisa, porém, trabalharemos com as seis famílias do assentamento PA Itapuí/Meridional que também participam da discussão do Grupo Gestor das Hortas da região, cujo objetivo é o desenvolvimento e a consolidação social, política e econômica e o melhoramento da direção e da gestão do grupo formado pelas famílias envolvidas na produção de hortigranjeiros e plantas medicinais da região de Porto Alegre.

Esse grupo tem a diversificação da produção agroecológica envolvendo mais famílias e seus produtos são certificados como orgânicos. Mesmo assim ocorre o estímulo à adubação agroecológica e o incentivo à produção de mudas agroecológicas, e da própria expansão do processo de produção agroecológica nos assentamentos da região.

Atualmente, em toda a Região de Porto Alegre existem três associações organizadas que trabalham com o Grupo Gestor das Hortas: a Associação do Grupo do Eral, no assentamento PA Itapuí/Meridional; a Associação 15 de Abril do Assentamento PE Trinta de Maio, no município de Charqueadas e os produtores do Assentamento PE Integração Gaúcha de Eldorado Sul.

Como estratégia de ação, o Grupo realiza a troca de conhecimento entre as famílias que produzem de forma agroecológica, como a organização coletiva, a comercialização, o fomento à produção de alimentos agroecológicos, a proteção do meio ambiente, a melhoria da qualidade nutricional, a conscientização sobre o consumo, o investimento em fontes de adubação orgânica e de produção de mudas, dentre outros conhecimentos.

Em meados de 2008, no seio de todo esse contexto do surgimento do Grupo Gestor das Hortas, começou-se a discussão com as famílias sobre como seria receber a certificação

¹³ A região metropolitana, ou região de Porto Alegre como é mais conhecida, recebeu o nome de Enio Guterres em homenagem a um valoroso militante da reforma agrária que em 2004 sofreu acidente de carro, vindo a falecer.

¹⁴ Chamamos de Grande Região os assentamentos que são próximos uns dos outros, forma como o MST está organizado, e também porque são municípios próximos de Porto Alegre.

de seus produtos, que eram agroecológicos, como orgânicos e sobre quais seriam os critérios para se ter um produto orgânico, ainda que eles produzissem com outros princípios. Como já citado, a discussão sobre a certificação decorreu das exigências do mercado e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em decorrência da lei 10631 – conhecida como “lei dos orgânicos” - do MAPA.

A primeira discussão feita pelos técnicos da COPTEC (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.) com os assentados, referiu-se às características do solo, sobre como ele deveria ser preparado para a produção orgânica. O preparo do solo para o cultivo das hortas orgânicas é feito de forma mecanizada ou com tração animal. Requer do agricultor “um diálogo com a natureza” e o conhecimento do ambiente em que estão sendo realizadas as práticas de preparo. O tipo de preparo do solo e os implementos utilizados dependem diretamente das condições climáticas (chuva, temperatura, umidade do solo etc.), bem como da vegetação. Segundo GUTERRES (2006, p. 21)

Um dos primeiros passos a serem dados é o cuidado, a recuperação da fertilidade natural e o manejo ecológico do solo. A base fundamental de uma nova agricultura, a base de um novo modelo tecnológico é a terra. A agricultura química contaminou e esgotou o solo, matou parte da vida que tem em seu interior.

Na maioria das hortas o preparo do solo é realizado através de uma aração e/ou gradagem, com o uso de enxada rotativa e sulcador para levantar os canteiros. Nas pequenas unidades de cultivo de plantas medicinais o preparo é feito manualmente, com o uso de enxada e rastelo. As famílias costumam incorporar os restos culturais, plantas espontâneas e adubação verde na construção dos canteiros, para melhor adubar o solo. De acordo com o relatório da Copetc (2008) as plantas espontâneas eram denominadas ervas daninhas na agricultura convencional. Desenvolvem-se durante todo o cultivo, e se renovam muitas vezes neste período, criando uma excelente biodiversidade botânica, assim como um habitat favorável para a fauna do ambiente. Para controlar estas plantas são feitas capinas manuais, uso de cobertura morta e mulchi.

A seguir trabalharemos de como se deu o processo de certificação das famílias, de fundamental importância para as mesmas e para a continuidade da produção e das feiras.

3.2- COMO SE DÁ O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

A certificação dos produtos comercializados nas feiras se dá através da COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), que é quem coordena e possibilita o funcionamento integral do processo de certificação dos assentamentos a ela ligados. Todo o acompanhamento técnico e político das unidades de produção é coordenado por pessoas contratadas pela COPTEC, sócios das cooperativas de produção agropecuária, membros de Associações de Produtores Rurais e de produtores individuais do MST.

A tarefa dos técnicos é prestar assistência técnica às famílias e ver quais são as dificuldades que estão tendo. Para se ter controle total das informações do lote dos assentamentos foi criado um documento que recebeu o nome de SIC (Sistema Interno de Controle). Este documento funciona como um manual para a certificação, onde constam todas as orientações necessárias para o bom funcionamento da certificação dos produtos. Ele serve também de ferramenta de apoio para um melhor controle das etapas da cadeia produtiva das diferentes linhas de produção e da produção agroecológica da grande Região de Porto Alegre. Este documento permite registrar as etapas desde a produção da semente até a comercialização dos produtos orgânicos da COCEARGS.

Para dar início ao processo de certificação as famílias pleiteantes precisam fazer um croqui de sua propriedade para que os técnicos (inspetores do SIC e um agricultor que faz parte do Grupo Gestor das Hortas) conheçam com detalhes as áreas e seus usos. Além disso, as famílias precisam também preencher os documentos necessários e assinar um contrato. Feito isso, as famílias recebem uma visita para avaliação do lote. Esta visita serve para avaliar as condições da propriedade de modo a verificar se existe alguma irregularidade no lote. Caso seja constatada alguma irregularidade a família deverá providenciar os ajustes necessários, como por exemplo se for encontrado plástico perto da área de produção, a família é orientada a recolhe-lo e colocar no devido lugar para que não haja a contaminação do solo. Dependendo do caso dá-se até seis meses de prazo para adequação da propriedade às exigências necessárias. Geralmente todos os que aderem conseguem seguir as orientações estabelecidas pelo SIC e receber a certificação dos produtos. O quadro a seguir traz o modelo de ficha usado para o cadastramento das famílias.

Quadro 3: Ficha para o cadastramento das famílias.

CADASTRO DE PRODUTORES – SAFRA ANO									
1. Identificação do produtor									
Nome completo do produtor:				CPF:					
Localidade:			Município:						
Telefone:			E-mail:						
No processo de Certificação desde:		Código do produtor:		Técnico responsável do acompanhamento:					
2. Distribuição do uso da terra									
Área		Cultivo / Variedade		Comercio/Semente/mudas		Estimativa de produção em (sc, unidade, molho, caixa, dúzia...)			
Código	Unidade								
Total				Total					
3. Origem da semente/mudas (guardar as notas)									
Cultivar / variedade		Unidade(sc, kg, mudas)		Qtde		Orgânica		Convencional	
						Própria	Comprada / fornecedor	Compra da / fornecedor	Tratada
4. Insumos comprados (Guardar as notas)									
Tipo de insumos / especificações		Unidade		Qtde		Aplicação		Origem / fornecedor	
						Kg / há	Data		
Tabela 5: Numero de animal . Criação animal									
Espécie (Bovinos, suínos, aves)		Qtde		Consumo		Venda			
6. Confirmação dos dados									
Eu,, declaro que estas informações são corretas e que estou consciente das condições da produção orgânica tal como mencionado no contrato de produtor SIC 5.10 Data:..... Local:..... Assinatura do produtor:.....				Eu,, confirmo que a informação acima descrita é correta. Data: Local: Assinatura do inspetor interno:.....					
Croquis da propriedade/lote									
1. Nome do Produtor:				2. Código:					
3. Croquis da propriedade									
4. Os signatários confirmam a veracidade das informações acima citadas:									
....Nova Santa Rita, 25 de outubro de 2008. _____ Assinatura do Produtor				Nova Santa Rita, 25 de outubro de 2008. _____ Assinatura do Inspetor interna					

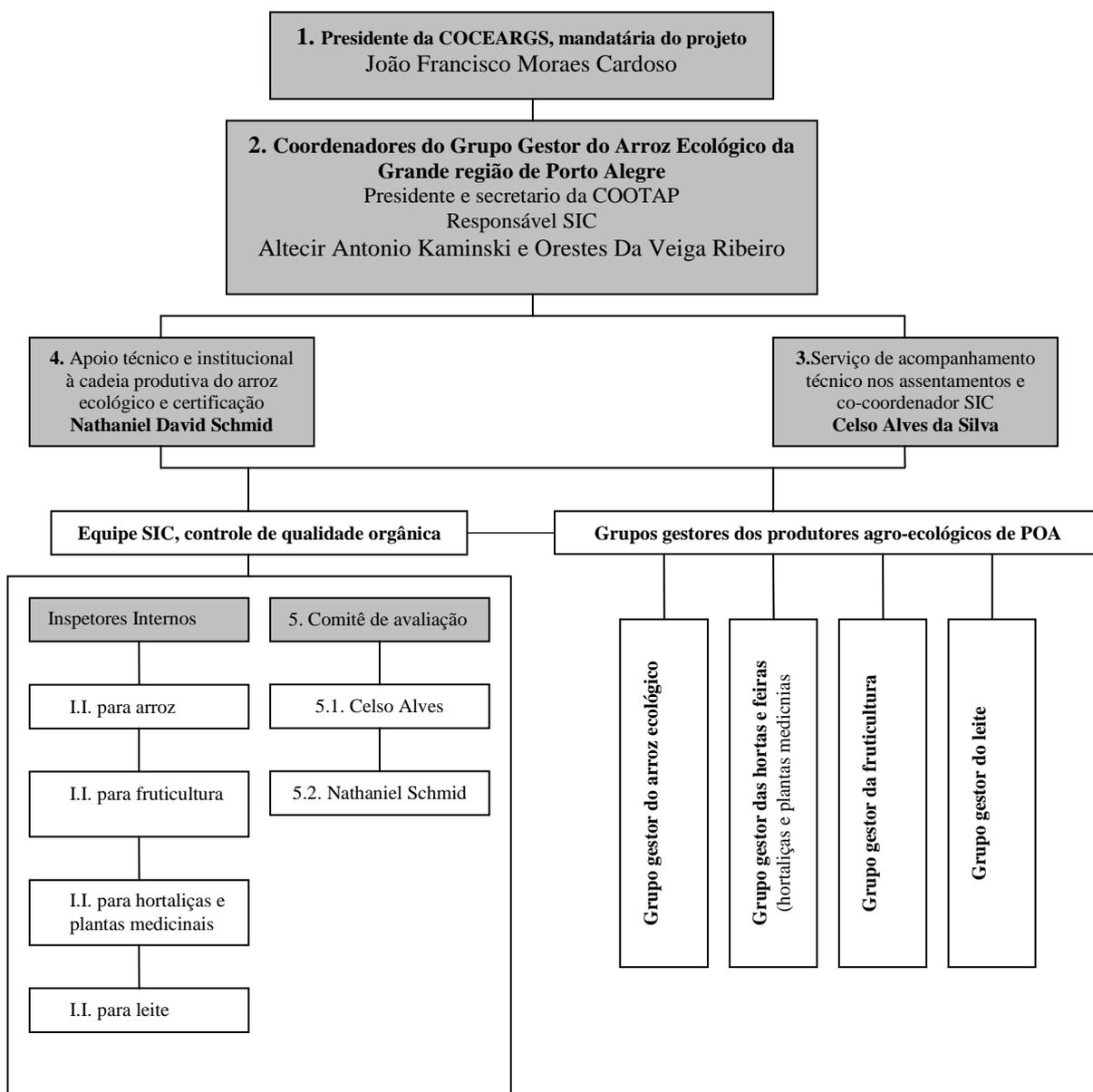
Fonte: Manual de sistema interno de controle da COCEARGS, projeto 05RS101, Grupo Gestor dos produtores de arroz ecológico de POA.

O objetivo da inspeção interna é apontar para o agricultor os pontos de risco de contaminação da unidade e orientar para o melhoramento da produção de sua propriedade para que não haja contaminação. Após feita e aprovada a inspeção, ocorre a visita da inspeção externa, feita pela IMO (IMO – Instituto do Mercado Orgânico). Ela realiza visitas na unidade de produção e analisa a documentação e, em seguida, estando tudo correto, práticas e documentações, a IMO autoriza a COCEARGS a conferir a certificação dos produtos.

Passando por todos estes caminhos o camponês enfim recebe a certificação de seu produto. Todo este percurso, entre o início do pedido até o recebimento da certificação dura mais ou menos 3 anos, tempo necessário para a recuperação e proteção da terra. Após ser aprovado, uma vez ao ano o camponês receberá a visita do inspetor para inspecionar sua propriedade. Durante este período o camponês tem um caderno de campo onde ele deve registrar tudo o que faz em sua propriedade para mostrar ao inspetor no dia da visita anual de controle.

O quadro 4, ilustra o organograma da COCEARGS e da organização do processo de certificação .

Quadro 4: Organograma da COCEARGS e da organização do processo de certificação .



Fonte: Manual de sistema interno de controle da COCEARGS, projeto 05RS101, Grupo Gestor dos produtores de arroz ecológico de POA.

Neste sentido, observamos que apesar das produções dos assentamentos serem feitas de forma agroecológica, para o camponês poder comercializar sua produção nas feiras orgânicas de Porto Alegre, ele submete-se à certificação desses produtos como orgânicos, forma como os produtos são conhecidos pelo consumidor final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível perceber os diversos fatores que influenciaram no manejo de solo adotado na produção de hortaliças. Foi também possível compreender as compreensões que essas famílias têm com relação aos ambientes, as relações sociais, econômicas e culturais em que viveram e em que vivem atualmente.

Observamos que apesar das produções dos assentamentos serem feitas de forma agroecológica, para que os camponeses possam transformar seu produto em mercadoria eles submetem-se à certificação desses produtos como orgânicos, vendendo, no caso do assentamento estudado nesta pesquisa, nas feiras orgânicas de Porto Alegre.

O trabalho de pesquisa nos trouxe a oportunidade de entrarmos em nossa história e olhá-la através de um olhar crítico. A vivência de pesquisadora e militante é proposta das graduações da Terra. Pensamos que em nossa conclusão ter consciência de nossa formação para o repasse de conhecimento nas escolas dos assentamentos em que atuamos é importante para a pedagogia da Terra.

Como professora na Escola Estadual Nova Sociedade no assentamento Itapuí, concluo que esse saber já está em prática com meus educados e poderá ter mais utilidade. Em termos do objeto analisado verificamos que, com base na trajetória do assentamento Itapuí, no início não houve a assistência técnica necessária, pois à época o MST ainda se preparava para descobrir a importância da produção agrícola agroecológica. Compreendemos no decorrer da pesquisa que aprender a usar a terra em duas culturas de hortaliças e fazer sua cultura agrícola, foi fundamental para os agricultores. Constatamos também que a cultura alimentar de alguns camponeses de Itapuí traz essa preocupação com os produtos saudáveis. Verificamos por fim, que fazemos parte de um contexto maior de mudança em que a agroecologia vem sendo discutida no mundo.

É pela disputa pelo espaço, um lugar para produzir e viver dignamente, que os camponeses estão em luta, ocupando os latifúndios, exigindo uma reforma agrária que se contraponha ao modelo que está instalado no campo, que incentiva a monocultura, o pacote tecnológico e a dependência dos outros países. Outro fator importante é que na história do Brasil a exploração do trabalho muda de forma, mas não altera o latifúndio e a submissão ao mesmo. E a agricultura camponesa preserva uma relação diferente com as pessoas (costumes,

cultura, cooperação, dignidade) e com a terra (diversidade, subsistência, preservação, cuidado) e é por isso que ela é reprimida e pouco incentivada pelo Governo.

O MST acompanha essa discussão e coloca metas de uma posição diferenciada na produção de alimentos. Essa posição situa o Movimento uma ação crítica na sociedade, uma ação de transformação de hábitos e de questionamento do mercado convencional. Esperamos que esse trabalho possa provocar futuras pesquisas e contribuir para pensar as ações, produção e posturas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª edição, UFRGS, 1998.
- GÖRGEN Frei Sergio Antonio, **Os Novos desafios da agricultura Camponesa**. Vozes Petrópolis-3ª edição - 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, jan./mar. 2000.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla, MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2005.
- GUTERRES, Ivani. **A agroecologia Militante**: contribuição de Enio Guterres/ Ivani Guterres. 1 ed. , São Paulo, expressão popular, 2006.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 2ª edição, Porto Alegre, editora Universidade UFRGS, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**, 1999, 316 f. (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, São Paulo.
- PAULUS, Gervásio; MULLER, André Miche; BARCELLOS, Luiz Antônio Rocha. **Agroecologia aplicada: praticas e métodos para uma agricultura de base ecológica**. Porto Alegre: EMATER/RS., dezembro 2001.
- OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo. Editora Contexto, 2001.